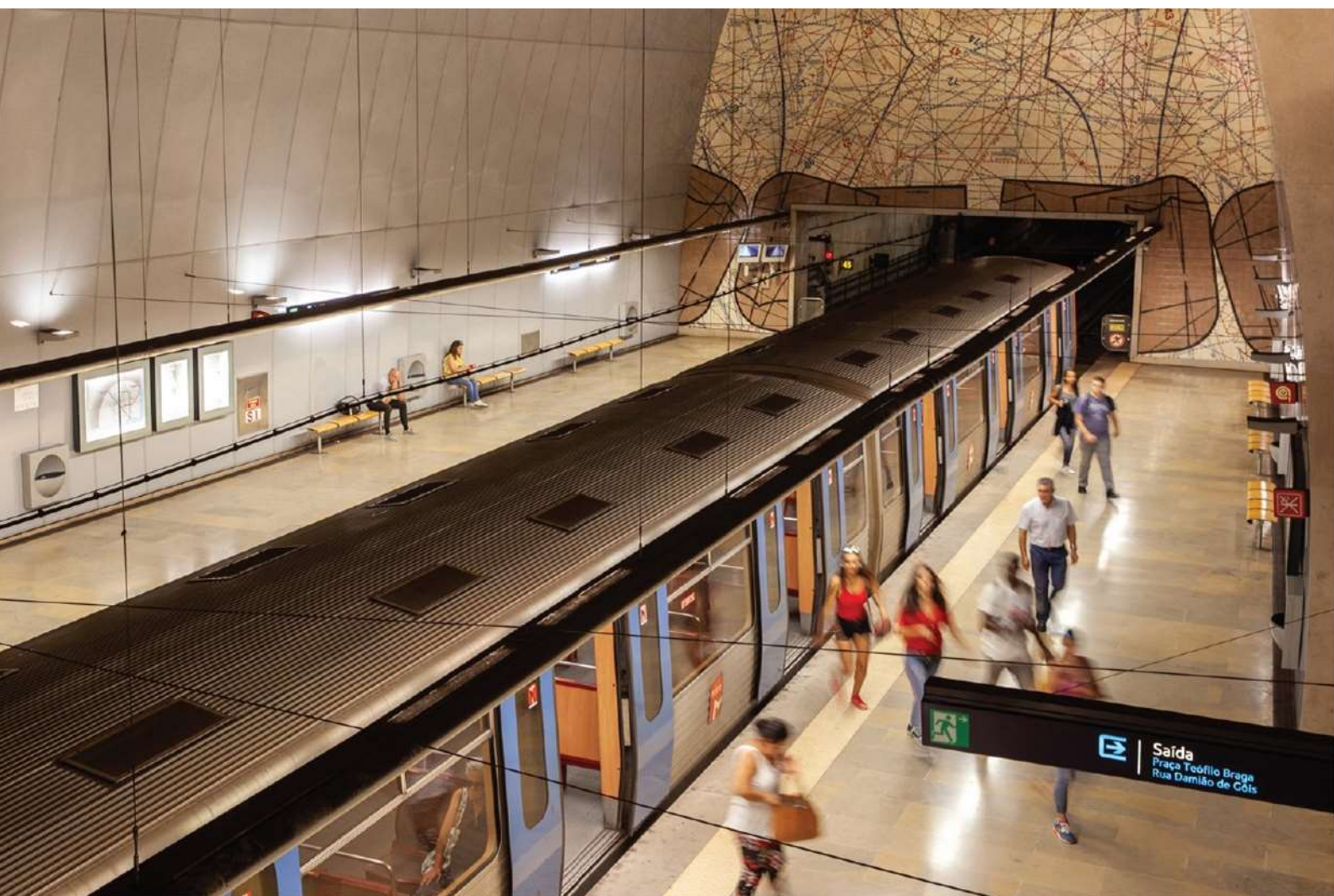




Relatório Trimestral

3º TRIMESTRE 2024

Valores acumulados

PAO 2024-2026

Índice

Sumário Executivo.....	2
1. Atividade Operacional	3
1.1. Procura	3
1.2. Oferta	3
1.3. Receitas tarifárias.....	4
2. Gestão Económica e Financeira	5
2.1. Análise de Balanço.....	5
2.1.1. Principais variações no Balanço ao 3.º trimestre, face a 31 de dezembro de 2023:	5
2.1.2. Principais desvios no Balanço, face ao previsto no PAO – 3.º Trimestre:.....	6
2.2. Síntese de Resultados	8
2.2.1. EBITDA (corrigido).....	9
2.2.2. Juros e gastos similares suportados.....	9
2.3. Fluxos de Caixa	10
2.4. Modelo de Financiamento.....	10
2.5. Stock da Dívida.....	11
3. Cumprimento das Orientações Legais	12
3.1. Plano de Redução de Custos (PRC)	12
Quadro 11 – Plano de Redução de Custos	12
3.2. Frota Automóvel.....	12
3.3. Prazo Médio de Pagamentos.....	12
3.4. Evolução do Efetivo.....	13
3.5. Limites de Endividamento Bancário.....	13
3.6. Princípio de Unidade de Tesouraria do Estado.....	13
4. Plano de Investimento	14
5. Resumo	15
6. Demonstrações Financeiras	17
6.1. Balanço.....	17
6.2. Demonstração de Resultados.....	18

Sumário Executivo

O presente relatório analisa a execução orçamental até ao final do 3.º trimestre de 2024, apresentando uma comparação com o orçamento para o mesmo período e com o período homólogo.

No mês de julho de 2024 foi submetida em SIRIEF uma nova proposta do PAO 2024 do ML por forma a dar resposta às orientações específicas para a preparação dos IPG transmitidas pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças, através do Despacho n.º 324/2023-SET, de 3 de agosto de 2023. Este documento foi aprovado a 03 de setembro de 2024 por Despacho Conjunto da Tutela Financeira e Sectorial, SETF e SEMOB, respetivamente.

Procura:

O número de passageiros com título pago e gratuitos (Programa Incentiva TP) regista, em acumulado, um acréscimo de 7,4 milhões de passageiros, o que corresponde a uma variação positiva de 6,2 % face ao período homólogo em 2023. Embora os passageiros com títulos ocasionais tenham decrescido em -2,7 milhões de passageiros (-10,1%) e os utilizadores de passe pago em -4,7 milhões de passageiros (-5,7%), são compensados com a utilização do passe navegante 4_18 e sub23, que no período homólogo era um título pago, e que a partir de 1 de janeiro de 2024 passou a ser gratuito, de acordo com a aprovação do Orçamento de estado para o referido período e transposto para a Portaria n.º 7-A/2024, de 5 de janeiro. Para estes utilizadores foi obtido um registo de aproximadamente 17,8 milhões de passageiros no 3.º trimestre.

Oferta:

Os dados mostram que houve um aumento de 1,9% na quantidade de lugares x km face ao período homólogo, ficando 8,0% abaixo do valor estimado. Esta variação é justificada essencialmente por interrupções na circulação de comboios causada por fatores não controláveis pela empresa, nomeadamente, os constrangimentos de circulação verificados no período em análise, devido às obras em curso com a expansão de rede ML entre a estação Rato e Cais do Sodré (Projeto Linha Circular), que têm originado interrupções na Linha Verde e Amarela. Por outro lado, as interrupções na Linha Azul causadas por problemas no sistema de sinalização, também têm condicionado a quebra nos lugares x km face aos valores estimados. O ML tem procurado minimizar os impactos dos acontecimentos atrás referidos na sua operação, esperando até ao final do ano solucionar os problemas que se têm verificado com a implementação do novo sistema sinalização (CBTC).

Em linha com o acima referido, no que diz respeito ao número de comboios por quilómetro, verifica-se uma variação negativa 0,2% (-6.190) em relação ao 3.º trimestre de 2023, bem como, um desvio de -11,5% (-495.274) face aos valores estimados.

Receita:

As receitas tarifárias do 3.º trimestre de 2024, em termos globais e incluindo participações, foram de 92,6 milhões de euros, o que representa um aumento de 2,3% em relação ao 3.º trimestre de 2023, em que as receitas foram 90,5 milhões de euros. Face à estimativa, as receitas tiveram um desvio negativo de 1,6 milhões de euros (-1,7%).

Verifica-se uma redução significativa das receitas tarifárias em relação ao ano anterior. No 3.º trimestre de 2024, as receitas foram de 65,9 milhões de euros o que representa uma redução de 16% em comparação com o 3.º trimestre de 2023, que registou receitas de 78,4 milhões de euros. Esta variação está igualmente relacionada, como referido anteriormente, com a gratuidade do passe navegante 4_18 e sub23, sendo compensada pelo aumento das participações tarifárias e pagamentos por conta (ex-PART), de acordo com o novo Regulamento n.º 1362-C/2023, que procede à 6.ª alteração ao Regulamento n.º 278-A/2019, sobre a metodologia de repartição de receitas dos passes Navegante.

O valor registado no 3º trimestre de 2024, relativo às compensações tarifárias e pagamentos por conta no âmbito do novo Regulamento de repartição tarifária dos passes Navegante, foi de aproximadamente 26,7 milhões de euros, representando um acréscimo de 14,6 milhões de euros em relação ao valor do ano anterior, que foi de 12,1 milhões de euros.

Princípios financeiros de referência:

Os gastos operacionais registaram 104,0 milhões de euros, face a um volume de negócios que atingiu os 101,4 milhões de euros, originando um rácio de GO/VN = 103%, apresentando um *deficit* no valor de 2,6 milhões de euros. Quando comparado com o período homólogo, cujo valor do rácio foi de 101%, com um *défi*ce de 1,3 milhões de euros, regista-se um agravamento de 1,3 milhões de euros no resultado acumulado entre Volume de Negócios e Gastos operacionais, conforme se poderá verificar no *Quadro 11 - Plano de Redução de Custos*. Este agravamento está essencialmente relacionado com o aumento de 4,2 milhões de euros em gastos com pessoal (+6,0%) e de 2,0 milhões de euros em FSE (+7,8%), cuja variação não foi possível compensar com o aumento do Volume de Negócios. Salvaguarda-se que o agravamento do rácio de GO/VN possa vir a ser compensado com a receita de COSP (Compensação por cumprimento das obrigações de serviço público), a receber no âmbito da aplicação do Aditamento ao Contrato de Concessão assinado a 27 de março de 2024.

1. Atividade Operacional

1.1. Procura

Quadro 1 – Passageiros Transportados

INDICADORES DE PROCURA	REAL		PAO	Δ PH		Δ PAO	
	3.º TRIM 2024	3.º TRIM 2023	3.º TRIM 2024	Abs.	%	Abs.	%
Passageiros transportados com título pago	101 802 959	109 190 577	113 944 435	-7 387 618	-6,8%	-12 141 476	-10,7%
Gratuitos e fraude	27 772 562	12 633 650	13 504 485	15 138 912	119,8%	14 268 077	105,7%
N.º passageiros transportados	129 575 521	121 824 227	127 448 920	7 751 294	6,4%	2 126 601	1,7%
Passageiros x km	677 232 741	646 224 572	610 677 396	31 008 169	4,8%	66 555 345	10,9%

Fonte: DCL/DMS 020/1836417 (CIDS) | PAO 2024-2026 (DFI)

Se considerarmos os passageiros transportados com título pago e os gratuitos, ou seja, excluindo a fraude, os níveis de procura do serviço de transporte público apresentam um incremento generalizado, tanto na comparação com o período homólogo, como em relação à previsão do PAO, representando um crescimento de 6,2% (7,36 milhões de passageiros) e um desvio positivo de 1,7% (2,08 milhões de passageiros), respetivamente.

O número de passageiros com título pago regista, em acumulado, um decréscimo de 7,4 milhões de passageiros, o que corresponde a uma variação de -6,8%, com os passageiros com títulos ocasionais a contribuir com -2,7 milhões de passageiros (-10,1%) e os utilizadores de passe com -4,7 milhões de passageiros (-5,7%). Esta variação encontra-se justificada na página anterior.

Comparativamente com o previsto no PAO regista-se um desvio negativo de 10,7%, menos 12,1 milhões de passageiros com título pago. Destes, 10,8 milhões são passageiros com passe (-12,1%) e 1,3 milhões são passageiros com títulos ocasionais (-5,5%). Na estimativa de dados de procura e receita não foi possível ao ML considerar os impactos decorrentes da gratuidade do Navegante 4_18 e Sub23, nem da alteração de repartição de receitas dos passes Navegante, de acordo com a aplicação do novo Regulamento n.º 1362-C/2023, que entrou em vigor a 1 de janeiro de 2024. A quebra na procura de passageiros com título pago foi coberta na totalidade pela utilização dos passes Navegante 4_18 e Sub23.

No que respeita ao número de passageiros por quilómetro percorrido, observa-se um aumento de 4,8% quando comparado com o período homólogo de 2023, bem como, um desvio positivo de 10,9%, o que revela o esforço do ML em colmatar as interrupções de circulação na rede, bem como em efetuar as intervenções necessárias à manutenção e substituição dos meios mecânicos, procurando assim promover a qualidade do serviço de transporte público e conquistar a confiança do cliente.

1.2. Oferta

Quadro 2 – Oferta

OFERTA	REAL		PAO	Δ PH		Δ PAO	
	3.º TRIM 2024	3.º TRIM 2023	3.º TRIM 2024	Abs.	%	Abs.	%
Carruagens x km (circulações c/ passageiros)	21.911.654	21.501.152	23.820.350	410.502	1,9%	-1.908.696	-8,0%
Lugares x km	2.804.691.714	2.752.147.432	3.049.004.800	52.544.283	1,9%	-244.313.086	-8,0%
Comboios x km	3.794.105	3.800.296	4.289.379	-6.190	-0,2%	-495.274	-11,5%

Fonte: DOP/DMS 020/1836417 (CIDS) | PAO 2024-2026 (DFI)

Os dados mostram que houve um aumento de 1,9% na quantidade de lugares x km face ao período homólogo, ficando abaixo do valor estimado em 8,0%. Refira-se que a oferta no período em análise, apesar dos constrangimentos de circulação ocorridos, conforme explicado na página 2, permitiu dar resposta ao aumento de procura verificado.

Comparando os valores reais com os estimados e com os do mesmo período do ano anterior, o número de comboios por quilómetro, mesmo que residualmente, reduziu 0,2% (-6.190) em relação ao 3.º trimestre de 2023 e ficou 11,5% (-495.274) abaixo da estimativa para o 3.º trimestre de 2024. Este desvio justifica-se essencialmente pelas interrupções na Linha Verde e Amarela, originadas pelas obras de expansão da rede ML entre a estação Rato e Cais do Sodré (Projeto da Linha Circular), bem como, pelas interrupções na Linha Azul causadas por problemas no sistema de sinalização.



1.3. Receitas tarifárias

Quadro 3 – Receitas

RECEITAS TARIFÁRIAS (valores sem IVA)	REAL		PAO	Δ PH		Δ PAO	
	3.º TRIM 2024	3.º TRIM 2023	3.º TRIM 2024	Abs.	%	Abs.	%
Receitas Tarifárias ¹	65 924 825 €	78 440 755 €	82 650 863 €	-12 515 930	-16,0%	-16 726 038	-20,2%
Compensação financeira Social + ²	328 596 €	2 549 674 €	704 739 €	-2 221 078	-87,1%	-376 142	-53,4%
Compensações financeiras Antigo Combatente e Gratuidade CML	2 081 100 €	5 628 142 €	5 381 324 €	-3 547 042	-63,0%	-3 300 224	-61,3%
Compensação tarifária AML/TML (COSP) ³	24 287 741 €	3 885 727 €	5 495 460 €	20 402 014	525,1%	18 792 281	342,0%
Receitas tarifárias (inclui comparticipações)	92 622 263 €	90 504 299 €	94 232 385 €	2 117 964	2,3%	-1 610 123	-1,7%
Receita média por passageiro	0,71 €	0,74 €	0,74 €	-0,03 €	-3,8%	-0,02 €	-3,3%

¹ Bilhetes e Passes

² Inclui Compensação financeira 4_18 e Sub23 até 31.12.2023

³ Pagamentos por conta (Ex-PART): compensação pelo congelamento dos preços dos passes Navegante

Fonte: SAP/Fl e PAO 2024-2026 (DFI)

As receitas tarifárias do 3.º trimestre de 2024, em termos globais e incluindo comparticipações, foram de 92,6 milhões euros, o que representa um aumento de 2,3% em relação ao 3.º trimestre de 2023, em que as receitas foram de 90,5 milhões de euros. Face à estimativa, as receitas tiveram um desvio negativo de 1,6 milhões de euros (-1,7%), influenciado essencialmente pelo novo modelo de repartição tarifária, que conduz a uma redução significativa da receita média por passageiro do ML.

Verifica-se uma redução significativa das receitas tarifárias em relação ao ano anterior. No 3º trimestre de 2024, as receitas foram de 65,92 milhões de euros o que representa uma redução de aproximadamente 16% em comparação com o 3º trimestre de 2023, que registou receitas de 78,44 milhões de euros. As receitas tarifárias do 3º trimestre de 2024 estão abaixo da estimativa, que era de 82,65 milhões de euros (-20,2%).

Conforme justificado anteriormente, a redução da receita tarifária conduziu a um aumento significativo nas compensações tarifárias da TML (Pagamentos por conta, Ex-PART) no âmbito do novo Regulamento de repartição tarifária dos passes Navegante, entre o 3º trimestre de 2024 e o 3º trimestre de 2023. O valor registado no 3º trimestre de 2024 foi de 24,3 milhões de euros, representando um aumento de aproximadamente 20,4 milhões de euros em relação ao valor do ano anterior, que foi de 3,9 milhões de euros.

O valor real do 3º trimestre de 2024, no âmbito do novo Regulamento de repartição tarifária dos passes Navegante, ficou acima da estimativa para o mesmo período, que era de 5,5 milhões de euros. Este facto é justificado pela suborçamentação desta receita, uma vez que os pressupostos utilizados na estimativa considerarem ainda o anterior modelo de repartição tarifária, ex-PART.

2. Gestão Económica e Financeira

2.1. Análise de Balanço

Quadro 4 – Análise de Balanço

Análise de Balanço	REAL		PAO	Δ / 31.12.2022		Δ / PAO	
	3.º TRIM 2024	31.DEZ 2023	3.º TRIM 2024	Abs	%	Abs	%
Ativo não Corrente	5.745.083.402 €	5.665.963.708 €	5.803.648.007 €	79.119.694 €	1,4%	-58.564.605 €	-1,0%
Ativo Corrente	201.074.817 €	237.231.182 €	201.656.719 €	-36.156.365 €	-15,2%	-581.902 €	-0,3%
Total do Ativo	5.946.158.219 €	5.903.194.890 €	6.005.304.727 €	42.963.329 €	0,7%	-59.146.508 €	-1,0%
Capital Próprio	2.248.364.301 €	1.947.318.717 €	2.384.042.016 €	301.045.584 €	15,5%	-135.677.715 €	-5,7%
Passivo não Corrente	1.485.120.378 €	1.491.906.306 €	1.496.159.763 €	-6.785.927 €	-0,5%	-11.039.385 €	-0,7%
Passivo Corrente	2.212.673.539 €	2.463.969.868 €	2.125.102.948 €	-251.296.328 €	-10,2%	87.570.591 €	4,1%
Capital Próprio e Passivo	5.946.158.219 €	5.903.194.890 €	6.005.304.727 €	42.963.329 €	0,7%	-59.146.508 €	-1,0%

Fonte: SAP/Fl e PAO 2024-2026 (DFI)

2.1.1. Principais variações no Balanço ao 3.º trimestre, face a 31 de dezembro de 2023:

Ativo não Corrente (79,1 M€)

- ILD: +82,7 milhões de euros
 - Terrenos e recursos naturais ILD: 800 mil euros;
 - Edifícios e outras construções ILD: 120 mil euros;
 - Equipamento básico ILD: 1,1 milhões de euros;
 - Investimentos em curso ILD: 44,9 milhões de euros;
 - Estado conta a receber: 36,9 milhões de euros, relacionado com os valores de juros de financiamento ILD, e as variações de justo valor (*swaps – Mark to market (MTM)*);
 - Subsídios ao investimento ILD: -548 mil euros, valor de financiamento POSEUR para o projeto do Rato/C. Sodré recebido em janeiro;
 - Outros ativos financeiros ILD – potencialmente favoráveis-ILD: -465 mil euros.
- Ativos fixos tangíveis: -703 mil euros, de acordo com a variação entre as amortizações do período e valores de adiantamento para o projeto de Modernização, tendo por base o cronograma de entregas das carruagens;
- Propriedades de investimento: -342 mil euros, reconhecimento de amortizações do período;
- Ativos intangíveis: -437 mil euros, de acordo com a variação entre a implementação de um *software* API APEX no sistema de bilhética do ML (ativo intangível em curso), e as amortizações do exercício;
- Outros ativos financeiros: -2,1 milhões de euros, relacionado com a valorização do *MTM* do colateral *Wells Fargo*, e com o recebimento em maio de 2024 do valor excedente do depósito de garantia do respetivo colateral.

Ativo Corrente (-36,2 M€)

- Inventários: 2 mil euros;
- Clientes: 399 mil euros;
- Estado e outros entes públicos: -477 mil euros, relativo essencialmente à variação entre retenções de IRC (-824 mil euros – apuramento de IRC 2023) e o valor de IVA a recuperar (380 mil euros);
- Outras contas a receber: 8,1 milhões de euros, essencialmente relacionado com estimativa de compensações tarifárias (3,8 M€), estimativa de receita com espaços comerciais (440 mil euros), regularização de dívida TML (-495 mil euros), aumento de valores a regularizar com fornecedores, nomeadamente de energia – Iberdrola (3,7 M€), e variação de reconciliação de vendas (0,6 M€);
- Diferimentos: -0,5 milhões de euros, relacionado com a variação entre gastos a reconhecer – Seguro saúde, acidentes de trabalho, multirriscos entre outros (+0,8 M€) e o reconhecimento de despesa relacionada com as indemnizações de ocupação temporária pagas no âmbito do projeto RA/CS (-1,3 M€);
- Caixa e Depósitos bancários: -43,6 milhões de euros.

Capital próprio (301,0 M€)

- Capital subscrito: 313,4 milhões de euros, dotações de capital para amortização de financiamento *Schulschein* (300,0 M€) e encargos financeiros (13,4 M€);
- Resultados transitados: - 24 milhões de euros;
- Ajustamentos/outras variações no capital próprio: -102 mil de euros (FEDER – subsídios ao investimento);
- Variação positiva no Resultado líquido do exercício: 11,7 milhões de euros.

Passivo não Corrente (-6,8 M€)

- Investimentos de longa duração: -5,5 milhões de euros:
 - Provisões: -1,0 M€, pela resolução de um processo judicial respeitante à Expansão da Linha Azul – Prolongamento Amadora-Este/Falagueira;
 - Financiamentos obtidos: +1,7 M€ relativo a suprimentos (DGTF);
 - Outros instrumentos financeiros – potencialmente desfavoráveis – ILD: -6,2 M€, pela variação do justo valor dos instrumentos financeiros;
- Responsabilidades por benefícios pós-emprego: -1,3 milhões de euros:
 - Encargos pensões – Custo dos Juros: 5,3 milhões de euros;
 - Encargos pensões – Anulação de Benefícios Pagos: -9,2 milhões de euros;
 - Encargos pensões – Custo do Serviço Corrente: 2,6 milhões de euros.

Passivo Corrente (-251,3 M€)

- Investimentos de longa duração: 264,9 milhões de euros
 - Fornecedores de investimento ILD: 5,4 milhões de euros;
 - Financiamentos obtidos: -300,0 milhões de euros, amortização de financiamento *Schulschein*
 - Outras dívidas a pagar ILD: 29,8 milhões de euros
 - Acréscimo de gastos – juros e comissões/avales a liquidar a liquidar: 29,4 milhões de euros;
 - Recebimentos PRR Linha Vermelha: 387 mil euros.
- Fornecedores: 2,9 milhões de euros;
- Estado e outros entes públicos: -630,0 mil euros;
- Outras dívidas a pagar: 9,6 milhões de euros:
 - Pessoal: 60 mil euros;
 - Fornecedores de investimento: 3,7 milhões de euros;
 - Acréscimo de gastos, seguros, subsídios de Férias e Natal: 1,4 milhões de euros;
 - Juros DGTF: 681 mil euros;
 - Acréscimos de outros gastos, como serviços de limpeza, vigilância e segurança, energia, entre outros: 2,2 milhões de euros;
 - Valores a regularizar de Títulos de Transporte: 1,6 milhões de euros.

2.1.2. Principais desvios no Balanço, face ao previsto no PAO – 3.º Trimestre:**Ativo não Corrente (-58,6 M€)**

- Investimento ILD: -40,3 milhões de euros
 - Terrenos e recursos naturais: 800 mil euros, respeitante ao processo judicial de ILD resolvido por acordo entre as partes quanto ao valor de indemnização a liquidar por ocupação de terreno na Falagueira (Expansão da Linha Azul – Prolongamento Amadora-Este/Falagueira);
 - Investimento em *Edifícios e Outras Construções* – ILD: -1,1 milhões de euros, essencialmente por via do atraso da formalização do adicional ao contrato ML119/19 – Remodelação e ampliação estação Arroios;
 - Investimento em Equipamento básico: -4,5 milhões de euros, por via da estimativa de TPE ter sido considerada na totalidade na conta AFT – Equipamento básico – ILD, não considerando a distribuição por tipo de projetos em curso no ML;
 - Investimentos em curso: -78,5 milhões de euros. Desvio na execução dos principais projetos em curso do ML, nomeadamente, Prolongamento RA/CS (-19,6 M€); Linha Vermelha – Prolongamento S. Sebastião / Alcântara (-47,2 M€), Modernização – Novo Sistema de Sinalização CBTC (-3,0 M€), Metro Ligeiro de Superfície OD/LR (-2,0 M€), Plano de Promoção de Acessibilidades (PNPA: -2,0 M€), com maior destaque para as estações de Campo Grande, Campo Pequeno, Picoas, Martim Moniz, Intendente, e Praça de Espanha, Renovação de Sistemas de Conforto (Escadas mecânicas, Tapetes rolantes e Elevadores: -2,9 M€), Remodelação e ampliação da estação Arroios – 2ª fase (-0,9 M€), e Projeto Normalização Imagem ML (-0,6 M€), entre outros;
 - Estado – Conta a Receber: 44,0 milhões de euros – desvio relacionado com estimativa de conversão de dívida DGTF-ILD (51,0 M€), e valor de conversão de juros ILD e Swap MtM (-7,0 M€);
 - Estado – Subsídios – Gestão Infraestrutura: -548 mil euros;
 - Outros instrumentos financeiros potencialmente favoráveis: -465 mil euros.
- Ativos Fixos Tangíveis ML: -18,4 milhões de euros
 - Edifícios e Outras construções: 8,3 milhões de euros, essencialmente justificado pelo excesso de estimativa de amortizações do exercício, nomeadamente, no impacto na conta SNC de AFT de amortizações acumuladas;
 - Equipamento básico, equipamento administrativo e outros AFT: -9,8 milhões de euros, essencialmente pela suborçamentação de amortizações do exercício de equipamento básico, cujo valor foi absorvido pela conta SNC de edifícios e outras construções;
 - Investimentos ML em curso: -16,9 milhões de euros. Desvio na execução dos principais projetos em curso, nomeadamente, Linha Vermelha – Prolongamento S. Sebastião / Alcântara, instalação de CBTC em 41 UT (-2,3 M€), Projeto de Modernização – aquisição de 14 UT + instalação de CBTC em 70 UT (-7,3 M€), Máquina Esmeriladora (-1,8 M€), Renovação de sistemas vídeo e comunicação + SADI nas carruagens (ML90, ML95, ML97 e ML99: -1,0 M€), Sistema de Informação ao Cliente (-1,1 M€), Upgrade tecnológico do sistema de acionamento de portas da série ML90 (-0,6 M€), Torno rodas PMO3 + Sistema de medida automática de rodas (-0,5 M€), e Aquisição de 24 UT – RCM n.º 122/2023 (-2,2 M€).

- Ativos intangíveis: -548 mil euros, essencialmente por via da suborçamentação de amortizações do exercício;
- Outros ativos financeiros: 752 mil euros, desvio relacionado com a variação do MTM do colateral Wells Fargo.

Ativo Corrente (-0,6 M€)

- Inventários: 23 mil euros;
- Clientes: 399 mil euros;
- Estado e outros entes públicos: -5,1 milhões de euros;
 - IRC – pagamentos por conta e retenções efetuadas por terceiros: -0,9 milhões de euros;
 - IVA a recuperar e reembolsos pedidos: -4,2 milhões de euros, essencialmente justificado pela baixa execução de investimento ML;
- Outras contas a receber: 8,1 milhões de euros
 - Pessoal: 25 mil euros;
 - Acréscimo de rendimentos (Cosp Tarifária – Ex-PART + Compensações tarifárias + Receita de espaços comerciais): 4,3 milhões de euros;
 - Devedores diversos: 3,8 milhões de euros, com especial destaque para os valores a regularizar com fornecedores, nomeadamente de energia – Iberdrola (3,7 M€).
- Diferimentos: -567 mil euros;
- Caixa e Depósitos bancários: -3,5 milhões de euros, relacionada por um lado, com o prazo médio de pagamentos ser inferior ao previsto, e por outro, pela 2.ª fase da candidatura do projeto RA/CS ao Programa do Sustentável 2030 ter sido submetida apenas no final do 2.º trimestre de 2024, não tendo sido recebida qualquer verba do Fundo de Coesão, pelo que, os pagamentos deste projeto têm sido assegurados com recurso ao saldo de gerência do Fundo Ambiental.

Capital próprio

- Capital realizado: -50,3 milhões de euros, essencialmente pelo desvio relativamente à previsão de conversão de dívida DGTF_ML vencida (-22 M€), e por falta de dotação para défice de investimento (-26,8 M€);
- Outras variações no capital próprio: -86,2 milhões de euros:
 - Out. Var. no CP – Subs. – FA – Rato C. Sodré – investimento ILD: -14,7 milhões de euros;
 - Out. Var. no CP – Subs. – FA – Modernização – investimento ML e ILD: -49,1 milhões de euros;
 - Out. Var. no CP – Subs. – PRR – Linha Vermelha – investimento ML: -1,3 milhões de euros;
 - Out. Var. no CP – Subs. – PACS2030 – Rato C. Sodré: -21,3 milhões de euros;
- Resultado líquido do período: 799 mil euros.

Passivo não Corrente

- ILD: -5,2 milhões de euros:
 - Provisões ILD: -1,0 milhões de euros, que tal como referido anteriormente, respeita à resolução de um processo judicial do projeto de Expansão da Linha Azul – Prolongamento Amadora-Este/Falagueira;
 - Instrumentos financeiros ILD – potencialmente desfavoráveis: -4,2 milhões de euros, devido à flutuação MtM.
- Financiamentos obtidos ML: -7,8 milhões de euros, financiamento DGTF previsto para o projeto de Modernização (CBTC + 14 UT) e aquisição de material circulante (24 UT), que dado a baixa execução destes projetos face ao previsto, ainda não se verificou a necessidade desse financiamento;
- Responsabilidades por benefícios pós-emprego: 1,9 milhões de euros
 - Custos dos juros: 1,5 milhões de euros;
 - Anulação de benefícios pagos: 284 mil euros;
 - Custo do serviço corrente: 125 mil euros.

Passivo Corrente

- ILD: 53,9 milhões de euros:
 - Fornecedores de investimento ILD: 4,5 milhões de euros, por défice de estimativa dos valores em dívida;
 - Financiamentos obtidos: 51,0 milhões de euros, respeitante a estimativa de conversão de dívida DGTF_ILD vencida em Estado – Conta a Receber;
 - Outras dívidas a pagar ILD: -1,7 milhões de euros, essencialmente pela falta de estimativa na regularização dos acréscimos de gastos relacionados com juros ILD.
- Fornecedores: 2,5 milhões de euros;
- Estado e outros entes públicos: -630 mil euros;
- Financiamentos – CP – DGTF: 22,0 milhões de euros, relativo a estimativa de conversão de dívida ML de CP em dotação de capital;
- Suprimentos DGTF: -1,48 M€, valor estimado de financiamento DGTF para cobertura de défice operacional que não ocorreu;

- Outras dívidas a Pagar: 9,6 milhões de euros, justificado essencialmente por:
 - ✓ Pessoal: 60 mil euros;
 - ✓ Fornecedores de investimento: 3,7 milhões de euros;
 - ✓ Acréscimo de gastos:
 - Pessoal (seguros, subsídios de Férias e Natal): 1,4 milhões de euros;
 - Juros DGTF_ML: 681 mil euros;
 - Valores a regularizar de Títulos de Transporte e compensações 4_18, Sub23 e Social +: 1,5 milhões de euros;
 - Outros gastos, como serviços de limpeza, vigilância e segurança, energia, entre outros: 2,2 milhões de euros.
- Diferimentos: 1,7 milhões de euros, relativos a rendimentos com compensações financeiras a reconhecer, nomeadamente, do passe Navegante Sub18 e Sub23.

2.2. Síntese de Resultados

Quadro 5 – Síntese de Resultados

Rubrica	REAL		PAO	Δ PH		Δ PAO	
	3.º TRIM 2024	3.º TRIM 2023	3.º TRIM 2024	Abs.	%	Abs.	%
Rendimentos Operacionais (corrigidos) *	102.053.006 €	97.915.339 €	100.000.006 €	4.137.667	4,2%	2.053.000	2,1%
Vendas e serviços prestados	98.235.374 €	96.299.293 €	99.404.793 €	1.936.081	2,0%	-1.169.418	-1,2%
Subsídios à exploração	3.194.840 €	35.273 €	0 €	3.159.566	8957,4%	3.194.840	-
Outros rendimentos e ganhos *	622.792 €	1.580.773 €	595.213 €	-957.980	-60,6%	27.579	4,6%
Gastos Operacionais (corrigidos)**	-105.271.000 €	-98.795.170 €	-108.555.056 €	-6.475.830	6,6%	3.284.056	-3,0%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-2.409.467 €	-2.210.789 €	-2.513.818 €	-198.678	9,0%	104.352	-4,2%
Fornecimentos e serviços externos	-27.681.951 €	-25.688.143 €	-30.711.399 €	1.993.809	7,8%	3.029.447	-9,9%
Gastos com o pessoal	-73.896.052 €	-69.733.406 €	-74.000.362 €	-4.162.646	6,0%	104.310	-0,1%
Outros gastos e perdas **	-1.283.529 €	-1.162.832 €	-1.329.476 €	-120.697	10,4%	45.947	-3,5%
EBITDA (corrigido)	-3.217.994 €	-879.830 €	-8.555.049 €	-2.338.163	265,8%	5.337.056	-62,4%

* Excluindo rubricas non-cash (Ganhos em Participadas / TPE / Imparidades / Provisões (reversões) / Ganhos de Justo Valor / Subsídios ao Investimento / Ganhos Cambiais / Ganhos em Inventários / Mais valias de Leasing)

** Excluindo rubricas non-cash (Perdas em Participadas / Imparidades / Provisões / Redução de Justo Valor / Perdas cambiais / Perdas em Inventários)

Fonte: SAP/FI e PAO 2024-2026 (DFI)

O Quadro 5 apresenta a síntese de resultados operacionais. Para efeitos de análise foram expurgados os valores das rubricas *non-cash*.

Principais variações/desvios:

Rendimentos

• Vendas e Serviços Prestados:

As Vendas e serviços prestados apresentam um incremento de 1,9 milhões de euros face ao período homólogo de 2023 e um desvio negativo de 1,2 milhões de euros, face ao PAO. Esta variação justifica-se essencialmente pelo aumento significativo dos Pagamentos por conta no âmbito do novo Regulamento de repartição tarifária dos passes Navegante, conforme detalhado no ponto 1.3 *Receitas tarifárias*.

• Subsídios à exploração:

Com uma variação e um desvio de 3,2 milhões de euros, este subsídio refere-se a COSP (Compensação por cumprimento das obrigações de serviço público), no âmbito da aplicação do Aditamento ao Contrato de Concessão assinado a 27 de março de 2024.

• Outros rendimentos e ganhos:

Variação negativa de 1,0 milhão de euros face ao período homólogo, justificada essencialmente pelo recebimento em 2023 da indemnização da seguradora pelo acidente ocorrido em 2014 na estação do Aeroporto com uma carruagem do ML.

Gastos

• FSE

Face ao período homólogo destaca-se um crescimento de aproximadamente 2 milhões de euros em gastos com FSE, com especial incidência em vigilância e segurança (1,1 M€), contratos de conservação e reparação (1,2 M€), como

assistência técnica, edifícios e outras construções e equipamento básico, serviços de limpeza (0,7 M€) e despesas de condomínios (0,3 M€). Em sentido contrário, regista-se uma redução nos seguintes gastos: trabalhos especializados (-0,3 M€), e gastos com energia (-1,0 M€), ressaltando-se que no último trimestre deste período poderão ainda haver acertos na faturação de energia que absorvam, mesmo que parcialmente, a poupança ocorrida até ao momento. Por outro lado, face ao previsto no PAO, os gastos com FSE registam um desvio de cerca de -3,0 milhões de euros, destacando-se as seguintes rubricas: trabalhos especializados (-0,9 M€), promoção / Marketing / imagem (-0,1 M€), contratos de conservação e reparação (-1,0 M€), como assistência técnica, edifícios e outras construções e equipamento básico, gastos com energia (-0,4 M€), rendas e alugueres de equipamento administrativo e equipamento de transporte (-0,1 M€), e despesas com condomínios (-0,3 M€).

• Gastos com Pessoal

Em comparação com o período homólogo, os gastos com pessoal registam uma variação de cerca de 4,2 milhões de euros, sendo a mesma justificada pelo aumento do custo do plano de pensões (2,9 M€), face à atualização do estudo atuarial, e pela variação da massa salarial decorrente da aplicação do Decreto-Lei n.º 108/2023, de 22 de novembro (1,2 M€), à qual acresce o aumento dos encargos sobre as remunerações de 0,3 M€.

2.2.1. EBITDA (corrigido)

Quadro 6 - EBITDA (corrigido)

EBITDA (corrigido)	REAL		PAO	Δ PH		Δ PAO	
	3.º TRIM 2024	3.º TRIM 2023	3.º TRIM 2024	Abs	%	Abs	%
EBITDA (DRN)	-2.442.092 €	-641.209 €	-3.488.072 €	-1.800.884	280,9%	1.045.980	-30,0%
Ajustamentos	-775.901 €	-238.622 €	-5.066.977 €	-537.280	225,2%	4.291.076	-84,7%
Trabalhos para a própria entidade	-33.662 €	-41.410 €	-5.078.090 €	7.748	-18,7%	5.044.428	-99,3%
Aumentos de justo valor	-378.879 €	-318.196 €	0 €	-60.683	19,1%	-378.879	-
Subsídios ao investimento	-101.991 €	-834.251 €	-271.975 €	732.261	-87,8%	169.984	-62,5%
Ganhos cambiais	-422.361 €	-118 €	0 €	-422.243	359355,9%	-422.361	-
Perdas cambiais	2.362 €	1.031.188 €	4.097 €	-1.028.826	-99,8%	-1.735	-42,3%
Ganhos em Inventários	-168.937 €	-167.390 €	0 €	-1.547	0,9%	-168.937	-
Perdas em Inventários	349.398 €	131.555 €	278.991 €	217.843	165,6%	70.407	25,2%
EBITDA (corrigido)	-3.217.994 €	-879.830 €	-8.555.049 €	-2.338.163	265,8%	5.337.056	-62,4%

Fonte: SAP/FI e PAO 2024-2026 (DFI)

Para efeitos de análise e avaliação do cumprimento dos objetivos determinados ao nível do EBITDA, são expurgados efeitos de natureza *non-cash*, tais como diferenças cambiais, subsídios ao investimento, provisões, mais-valias e perdas/ganhos em inventários. Para possibilitar uma melhor comparação, foram ainda retirados outros efeitos extraordinários de operações financeiras, com relevante impacto no EBITDA contabilístico, nomeadamente Equivalência Patrimonial/Subsidiárias e Aumentos/Reduções de Justo Valor.

O EBITDA corrigido registou uma variação negativa de 2,3 milhões de euros, partindo de um EBITDA da DRN que registou uma variação negativa de 1,8 milhões de euros, face ao período homólogo, essencialmente por via do aumento dos FSE e Gastos com pessoal.

2.2.2. Juros e gastos similares suportados

Quadro 7 - Juros e gastos similares suportados

	REAL		PAO	Δ PH		Δ PAO	
	3.º TRIM 2024	3.º TRIM 2023	3.º TRIM 2024	Abs	%	Abs	%
Juros e gastos similares suportados	681.052 €	804.340 €	628.465 €	-123.288	-15,3%	52.587	8,4%

Fonte: SAP/FI e PAO 2024-2026 (DFI)

2.3. Fluxos de Caixa

Quadro 8 – Fluxos de Caixa

Fluxos de Caixa (acumulado)	REAL	PAO	Δ PAO	
	3.º TRIM 2024	3.º TRIM 2024	Abs	%
Atividades Operacionais				
Recebimentos das atividades operacionais	108.744.765 €	110.151.560 €	-1.406.795	-1,3%
Pagamentos das atividade operacionais	109.491.240 €	118.583.593 €	-9.092.352	-7,7%
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	-746.475 €	-8.432.033 €	7.685.558	-91,1%
Atividades de Investimento				
Recebimentos de Investimentos	1.014.966 €	88.352.083 €	-87.337.117	-98,9%
Pagamentos de investimentos	47.604.189 €	158.979.992 €	-111.375.803	-70,1%
Fluxos de caixa das atividades de investimentos (2)	-46.589.223 €	-70.627.909 €	24.038.687	-34,0%
Atividades de financiamento				
Recebimentos de financiamentos	317.997.342 €	354.844.911 €	-36.847.569	-10,4%
Pagamentos de financiamentos	314.306.752 €	315.927.107 €	-1.620.355	-0,5%
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)	3.690.590 €	38.917.804 €	-35.227.214	-90,5%
Variação de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)	-43.645.108 €	-40.142.139 €	-3.502.970	8,7%
Caixa e seus equivalentes no início do período	184.936.157 €	184.936.697 €	-540	0,0%
Caixa e seus equivalentes no fim do período	141.291.048 €	144.794.558 €	-3.503.510	-2,4%

Fonte: MFCx set/2024 e PAO 2024-2026 (DFI)

Os fluxos da atividade operacional geraram um *deficit* de 746 mil euros, tendo-se traduzido num desvio positivo de 7,7 milhões de euros em relação ao PAO. Apesar dos recebimentos das atividades operacionais registarem um desvio negativo de 1,4 milhões de euros, por outro lado os pagamentos das atividades operacionais também foram inferiores em 9,1 milhões de euros face aos valores estimados. Se por um lado, esta variação está relacionada com o desvio dos gastos com FSE (-3,0 M€), conforme detalhado no ponto 2.2 Síntese de Resultados, por outro, com o excesso de estimativa de pagamento a fornecedores (3,3 M€) e pagamentos ao pessoal (3,0 M€).

No relativo à tesouraria de investimento, o desvio nos fluxos de caixa é essencialmente gerado, por um lado, por uma baixa execução dos investimentos financiados pelo PRR, e por outro, por não existir ainda recebimentos do Fundo de Coesão face ao período de candidatura da 2.ª fase do projeto de Expansão Rato/Cais do Sodré.

O desvio negativo dos fluxos de caixa das atividades de financiamento justifica-se essencialmente pela ausência de dotações da DGTF, com um forte impacto na execução de investimento ML financiado por esta mesma fonte, cujo baixo grau de realização gera também uma redução das necessidades de tesouraria com origem na receita DGTF.

Ainda assim, ressalva-se que a variação de caixa negativa, reflete a ausência de transferências do Acionista que permitissem financiar os défices de investimento, os quais têm vindo a ser supridos com recurso à utilização do saldo de gerência de 2023 não afeto a subsídios consignados a projetos de investimento e a receita própria.

O elevado saldo de caixa e equivalentes ocorre pelo recebimento, em 2023 e anos anteriores, de subsídios consignados a investimento, nomeadamente Fundo Ambiental e PRR, cuja aplicação tem deslizado no tempo, acompanhando a execução dos principais projetos financiados.

2.4. Modelo de Financiamento

Quadro 9 – Apoio Financeiro do Estado

Apoio Financeiro do Estado	REAL			PAO	Δ PH		Δ 31.12.2023		Δ PAO	
	3.º TRIM 2024	3.º TRIM 2023	31.DEZ 2023	3.º TRIM 2024	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Dotações de Capital / DGTF	4.218.852.646 €		3.905.438.949 €	4.269.148.658 €			313.413.697 €	8,0%	-50.296.012 €	-1,2%
Empréstimos DGTF	96.963.182 €		96.963.182 €	107.874.206 €			0 €	0,0%	-10.911.024 €	-10,1%
Subsídios ao Investimento / PIDDIAC	186.239.717 €		186.239.717 €	186.239.717 €			0 €	0,0%	0 €	0,0%
Compensações Financeiras / Min. Ambiente	328.596 €	2.549.674 €		704.739 €	-2.221.078 €	-87,1%			-376.142 €	-53,4%
PART	26.368.841 €	9.513.869 €		10.876.784 €	16.854.972 €	177,2%			15.492.057 €	142,4%
PART "COVID"	0 €	35.273 €		0 €	-35.273 €	-100,0%			0 €	-

Fonte: SAP/FI e PAO 2024-2026 (DFI)

Até ao final do 3.º trimestre de 2024 foram concedidas dotações de capital no valor de 313,4 milhões de euros essencialmente para cobertura do serviço da dívida. Considerando que o défice de investimento é coberto por dotações de capital e/ou financiamento da DGTF, o desvio de -61,2 milhões de euros está essencialmente relacionado com a baixa execução de investimento.

Não foram contraídos novos empréstimos até ao 3.º trimestre de 2024.

2.5. Stock da Dívida

Quadro 10 – Stock da Dívida

PASSIVO REMUNERADO	REAL		PAO	Δ 31.12.2023		Δ PAO	
	3.º TRIM 2024	31.DEZ 2023	3.º TRIM 2024	Abs.	%	Abs.	%
Empréstimos Obrigacionistas	910.000.000 €	910.000.000 €	910.000.000 €	0 €	0,0%	0 €	0,0%
Outros Emp. LP / Tesouro	2.083.271.746 €	2.083.271.746 €	2.019.615.644 €	0 €	0,0%	63.656.102 €	3,2%
Suprimentos	78.338.597 €	76.656.108 €	78.139.120 €	1.682.489 €	2,2%	199.476 €	0,3%
Schuldschein	0 €	300.000.000 €	0 €	-300.000.000 €	-100,0%	0 €	-
Total	3.071.610.342 €	3.369.927.854 €	3.007.754.764 €	-298.317.511 €	-8,9%	63.855.578 €	2,1%

Fonte: SAP/FI e PAO 2024-2026 (DFI)

Até ao final do 3.º trimestre foi amortizado passivo no valor de 300,0 milhões de euros relativos ao vencimento do financiamento *Schuldschein*. Registou-se o recebimento de suprimentos no valor de aproximadamente 1,7 milhões de euros para cobertura de serviço da dívida (*swaps*).

3. Cumprimento das Orientações Legais

3.1. Plano de Redução de Custos (PRC)

Quadro 11 – Plano de Redução de Custos

Plano de Redução de Custos	REAL		PAO	Δ PH		Δ PAO	
	3.º TRIM 2024	3.º TRIM 2023	3.º TRIM 2024	Abs	%	Abs	%
Gastos Operacionais (GO)	103.987.470 €	97.632.337 €	107.225.579 €	6.355.133 €	6,5%	-3.238.109 €	-3,0%
CMVMC	2.409.467 €	2.210.789 €	2.513.818 €	198.678 €	9,0%	-104.352 €	-4,2%
FSE	27.681.951 €	25.688.143 €	30.711.399 €	1.993.809 €	7,8%	-3.029.447 €	-9,9%
Gastos com pessoal	73.896.052 €	69.733.406 €	74.000.362 €	4.162.646 €	6,0%	-104.310 €	-0,1%
Volume de negócios (VN)	101.430.214 €	96.334.567 €	99.404.793 €	5.095.647 €	5,3%	2.025.421 €	2,0%
Vendas	1.913 €	5.163 €	2.625 €	-	-	2.538 €	96,7%
Prestações de Serviços	98.233.461 €	96.294.130 €	99.402.168 €	1.939.331 €	2,0%	-1.168.706 €	-1,2%
Compensações por Obrigações de Serviço Público (COSP)	3.194.840 €	35.273 €	- €	3.159.566 €	8957,4%	3.194.840 €	-
Gastos operacionais/ Volume de Negócio (GO/VN)	103%	101%	108%	1,17 p.p.	—	-5,35 p.p.	—

Fonte: SAP/FI e PAO 2024-2026 (DFI)

No que respeita aos princípios financeiros de referência, e sobre o desempenho do ML no 3.º trimestre de 2024, salienta-se o seguinte:

- Os gastos operacionais atingiram 104,0 milhões de euros, apresentando um aumento de aproximadamente 6,4 milhões de euros face a 2023, decorrente essencialmente do aumento de FSE e Gastos com Pessoal. O desvio, face aos valores estimados, é de -3,2 milhões de euros. A justificação destas variações encontra-se fundamentada no ponto 2.2 *Síntese de Resultados*;
- O Volume de negócios do 3.º trimestre de 2024 apresenta uma variação positiva de 5,1 milhões de euros, quando comparado com o período homólogo, registando o valor de 101,4 milhões de euros. O desvio face ao PAO é positivo em aproximadamente 2,0 milhões de euros.
- Comparando o resultado do rácio Gastos Operacionais/Volume de Negócios com o período homólogo e com o planeado, verifica-se uma variação de 1,2 p.p. e um desvio de -5,3 p.p., respetivamente. É expectável a melhoria deste rácio ao longo de 2024, a verificar-se a tendência crescente das receitas, bem como o efeito da remuneração pelo cumprimento das obrigações de serviço público, de acordo com a aplicação do Aditamento ao Contrato de Concessão assinado a 27 de março de 2024.

3.2. Frota Automóvel

Quadro 12 – Indicadores de Frota Automóvel

FROTA AUTOMÓVEL	REAL		PAO	Δ PH		Δ PAO	
	3.º TRIM 2024	3.º TRIM 2023	3.º TRIM 2024	Abs	%	Abs	%
Operacional – EUR	103.916	128.158	124.076	-24.242	-18,9%	-20.160	-16,2%
Operacional – n.º de viaturas	23	23	23	0	0,0%	0	0,0%
Não operacional – EUR	193.103	137.047	196.078	56.056	40,9%	-2.976	-1,5%
Não operacional – n.º de viaturas	24	24	24	0	0,0%	0	0,0%

Fonte: SAP/FI e PAO 2024-2026 (DFI)

Na análise dos gastos com a Frota Automóvel, verifica-se um acréscimo global destes gastos (aproximadamente 32 mil euros) face ao período homólogo, que resulta essencialmente do aumento do valor de *renting*. Este aumento resulta da substituição da frota automóvel do ML dado o término dos contratos de Aluguer Operacional, e por outro lado, pela necessidade de ter uma frota com emissões de CO² mais reduzidas, procurando dar cumprimento às orientações tutelares e legislativas quer em termos ambientais, quer em termos da tipologia de frota automóvel para o setor empresarial do estado.

3.3. Prazo Médio de Pagamentos

Quadro 13 – Prazo Médio de Pagamentos

PMP	REAL		PAO	Δ PH		Δ PAO	
	3.º TRIM 2024	3.º TRIM 2023	3.º TRIM 2024	Abs	%	Abs	%
Prazo Médio de Pagamentos [dias]	19	19	45	0	0,0%	-26	-57,8%

Fonte: SAP/FI e PAO 2024-2026 (DFI)

O ML mantém o prazo médio de pagamentos quando comparado com o período homólogo e um desvio de -26 dias em relação à previsão do PAO, o que reflete o empenho do ML na eficiência da gestão de tesouraria, mesmo com um esforço acrescido para dar continuidade aos projetos de investimento essenciais à melhoria do serviço de transporte público, do quais se destaca a substituição dos meios mecânicos nas estações, nomeadamente pelo estado de obsolescência dos mesmos.

3.4. Evolução do Efetivo

Quadro 14 – Efetivo

RECURSOS HUMANOS	REAL		PAO	Δ / 31.12.2022		Δ PAO	
	3.º TRIM 2024	31.DEZ 2023	3.º TRIM 2024	Abs	%	Abs	%
Efetivo do Metropolitano de Lisboa*	1.576	1.569	1.623	7	0,4%	-47	-2,9%

*Não considera os Órgãos Sociais

Fonte: DCH | PAO 2024-2026 (DFI)

Considerando a previsão do PAO, regista-se um desvio de -47 trabalhadores devido aos atrasos nos processos de contratação aprovados no Plano de Atividades e Orçamento de 2023, bem como na substituição de saídas.

3.5. Limites de Endividamento Bancário

Quadro 15 – Cálculo da Variação do Endividamento

FINANCIAMENTO REMUNERADO	REAL	
	3.º TRIM 2024	31.DEZ 2023
Financiamento Remunerado	3.071.610.342 €	3.369.927.854 €
Capital Social	4.220.219.352 €	3.906.805.655 €
Novos Investimentos	0 €	
Variação do endividamento	0,21%	

Fonte: SAP/FI e PAO 2024-2026 (DFI)

De acordo com a fórmula de cálculo da variação do endividamento constante nas “Instruções sobre a Elaboração dos Instrumentos Previsionais de Gestão – 2024”, o endividamento do ML registou uma variação de 0,21%, encontrando-se dentro dos limites definidos.

3.6. Princípio de Unidade de Tesouraria do Estado

Quadro 16 – Disponibilidades

UTE	3.º TRIM 2024
Disponibilidades em 30-09-2024	141.275.778 €
Depositadas no IGCP	139.225.252 €
Outras na banca nacional	2.050.526 €
Disponibilidades no IGCP [%]	98,5%

Fonte: DFI/Tesouraria

No final do 3º trimestre de 2024, o ML mantinha 98,5% dos depósitos bancários (139,2 milhões de euros) no IGCP.

A especificidade da atividade comercial do ML compreende um conjunto de operações e serviços que o IGCP não se encontra vocacionado para disponibilizar. Neste sentido, e atendendo a que a aplicação do princípio da UTE pode ser excecionada em casos devidamente fundamentados, mediante autorização do titular da função acionista, o Conselho de Administração submeteu à apreciação da Senhora Chefe do Gabinete do Senhor Secretário de Estado do Tesouro, em 22/02/2024, o pedido de dispensa da UTE, nos termos do artigo 172.º da Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro, conforme N/Ref. 1775269. O ML aguarda resposta ao presente pedido que solicita o excecionamento do cumprimento da UTE, somente para os valores:

- a) Objeto de recolha, transporte e tratamento, contratualizados pelo ML com empresa de transportes de valores, os quais devem quinzenalmente ser transferidos para contas do ML no IGCP;
- b) Das garantias bancárias que não possam ser substituídas por depósitos caucionados;
- c) Inerentes à custódia de títulos que não sejam de dívida pública;
- d) Outros serviços: depósitos colaterais domiciliados nos EUA, constituídos em 2009 e 2013.

TREM – II – Colateral constituído em 2009 junto do Wells Fargo, com valor inicial do depósito de USD 29.925.000 e valor de mercado atual USD 25.557.097;

TREM – Colateral constituído em 2013 junto do Wilmington Trust, com valor inicial do depósito de USD 25.933.278 e valor de mercado atual USD 23.332.699.



4. Plano de Investimento

Quadro 17 – Plano de investimento

PROJETOS – 2024	REAL	PAO	Δ PAO	
	3º TRIM 2024	3º TRIM 2024	Abs	%
1. Prolongamento Rato / Cais do Sodré	35 781 081	55 409 292	-19 628 211	-35,42%
2. Prolongamento S. Sebastião / Alcântara	3 014 339	52 500 000	-49 485 661	-94,26%
3. Projeto de Modernização do Sistema de Sinalização e do Material Circulante: Linha A, B e C	6 700 020	17 040 739	-10 340 719	-60,68%
4. Metro Ligeiro de Superfície Odivelas-Loures	213 676	2 158 739	-1 945 063	-90,10%
5. Máquina Esmeriladora	0	1 799 414	-1 799 414	-100,00%
6. Remodelação da estação Cais do Sodré	0	4 500	-4 500	-100,00%
7. Plano de Promoção de Acessibilidades (PNPA)	3 556 459	5 543 658	-1 987 199	-35,85%
8. Aplicações de Suporte ao Negócio, Hardware e Software	339 465	547 519	-208 054	-38,00%
9. Renovação de Sistemas de Conforto (Esc.mecânicas, Tapetes rolante e Elevadores)	1 203 987	4 078 884	-2 874 897	-70,48%
10. Renovação de sistemas vídeo e comunicação + SADI nas carruagens (ML90, ML95, ML97 e ML99)	0	998 400	-998 400	-100,00%
11. Beneficiação geral de portas das frota ML95, ML97 e ML99	195 484	195 484	-	0,00%
12. Sistema de Informação ao Cliente	0	1 149 500	-1 149 500	-100,00%
13. Upgrade tecnológico do sistema de acionamento de portas da série ML90	630 136	1 213 011	-582 875	-48,05%
14. Torno rodas PMO3 + Sistema de medida automática de rodas	0	511 147	-511 147	-100,00%
15. Remodelação e Renovação de Instalações	1 947	32 190	-30 243	-93,95%
16. Remodelação Geral de MAVT	0	0	-	-
17. Aquisição de 24 UT – SCEP n.º 13/2022	7 260	2 237 098	-2 229 838	-99,68%
18. Central Fotovoltaica PMO II	5 944	13 400	-7 456	-55,64%
19. Substituição travessas de pinho – PMO II	0	117 693	-117 693	-100,00%
20. Aquisição Draisine Grua	0	0	-	-
21. Posto de Comando Central	0	0	-	-
22. Empreitada de Manutenção dos Sistemas de Iluminação das estações	26 922	118 466	-91 544	-77,27%
23. Remodelação da Estação Marquês de Pombal	203 634	34 907	168 727	483,36%
24. Remodelação e ampliação estação Arroios	158 556	1 070 011	-911 455	-85,18%
25. Foles de intercirculação – ML97 e ML99	0	0	-	-
26. Projeto Normalização Imagem ML	0	646 030	-646 030	-100,00%
27. SADI – Estações + Edifícios	218 878	505 742	-286 864	-56,72%
28. Substituição de circuitos de via FS2500 em fim de vida (obsoletos)	0	0	-	-
29. Upgrade unidades remotas de telecomando – Subestações de Tração	212 553	352 247	-139 694	-39,66%
30. Outros Investimentos	2 076 715	3 288 052	-1 211 338	-36,84%
Total	54 547 056	151 566 122	-97 019 066	-64,01%

Fonte: SAP/CO e PAO 2024-2026 (DFI)

No período em análise, foi realizado 36,0% do investimento previsto até ao final do 3.º trimestre de 2024, apresentando um desvio negativo de 64,0% (97,0 milhões de euros). A contribuir para este desvio negativo, com valores mais expressivos, estão os projetos:

- Prolongamento Rato / Cais do Sodré: -19,6 milhões de euros;
- Prolongamento S. Sebastião / Alcântara: -49,5 milhões de euros;
- Modernização do Sistema de Sinalização e do Material Circulante: Linha A, B e C: -10,3 milhões de euros;
- Metro Ligeiro de Superfície Odivelas-Loures: -1,9 milhões de euros;
- Máquina esmeriladora: -1,8 milhões de euros;
- Plano de Promoção de Acessibilidades (PNPA): -2,0 milhões de euros;
- Renovação de Sistemas de Conforto (Esc. mecânicas, Tapetes rolantes e Elevadores): -2,9 milhões de euros;
- Renovação de sistemas vídeo e comunicação + SADI nas carruagens (ML90, ML95, ML97 e ML99): -1,0 milhão de euros;
- Sistema de Informação ao Cliente: -1,1 milhões de euros;
- Aquisição de 24 UT: -2,2 milhões de euros;
- Remodelação e ampliação estação Arroios (2ª fase): -0,9 milhões de euros.

5. Resumo

Principais desvios	Desvio	Motivo	Detalhe	Medidas
Balanço				
Ativo não Corrente				
ILD	-40,3 M€	Atraso da formalização do adicional ao contrato ML119/19 – Remod. e ampliação estação Arroios		Melhorar os procedimentos de adjudicação de contratos e/ou de adicionais, procurando alcançar acordos com as partes envolvidas de forma célere e eficaz.
Edifícios e Outras Construções	-1,1 M€	Estimativa de TPE considerada na totalidade na conta AFT – Equipamento básico – ILD	Pág. 6	Na estimativa de TPE considerar a sua distribuição por tipo de projeto, e nomeadamente, com classificação de contas SNC de investimentos em curso
Equipamento Básico	-4,5 M€	Baixa execução dos principais projetos em curso do ML		Melhoria da execução de Investimento, e aprovação da candidatura da 2.ª fase do projeto Rato / Cais do Sodré ao PACS 2030
Investimentos em curso	-78,5 M€	Em falta a aprovação de conversão de dívida DGTF-ILD		Procurar junto da DGTF a resolução da dívida vencida
Estado-conta a receber	44 M€			
ML	-18,4 M€	Excesso de estimativa de amortizações do exercício		
Edifícios e Outras construções	8,3 M€	Suborçamentação de amortizações do exercício de equipamento básico	Pág. 6	Melhorar a classificação da estimativa das amortizações
Equipamento básico, equipamento administrativo e outros AFT	-9,8 M€	Baixa execução dos principais projetos em curso do ML		Promover a melhoria contínua na execução de Investimento e otimizar as estimativas
Investimentos ML em curso	-16,9 M€			
Ativo Corrente				
Estado e outros entes públicos	-5,1 M€	IRC – pagamentos por conta e retenções efetuadas por terceiros: -0,9 M€ IVA a recuperar e reembolsos pedidos: -4,2 M€, essencialmente justificado pela baixa execução de investimento ML	Pág. 6	Promover a melhoria contínua na execução de Investimento e otimizar as estimativas
Outras contas a receber	8,1 M€	Acréscimo de rendimentos (Cosp Tarifária – Ex-PART + Compensações tarifárias + Receita de espaços comerciais): 4,3 M€. Esta receita não é estima como acréscimo, mas sim, como valores recebidos. Devedores diversos: 3,8 M€, com especial destaque para os valores a regularizar com fornecedores, nomeadamente de energia – Iberdrola (3,7 M€).	Pág. 6	
Caixa e depósitos bancários	-3,5 M€	PMP inferior ao previsto Pagamentos do projeto RA/CS assegurados com recurso ao saldo de gerência do Fundo Ambiental	Pág. 6	Após aprovação da candidatura da 2.ª fase do projeto Rato / Cais do Sodré ao PACS 2030, submeter despesas na plataforma.
Capital Próprio				
Capital realizado	-50,3 M€	Não conversão de dívida em capital Realização de investimento abaixo do previsto, e sem recurso a dotações da DGTF	Pág. 6	Ajuste das necessidades de financiamento ao período em que ocorre a liquidação do serviço da dívida.
Out. var. Cap. Próprio	-86,2 M€	Atrasos na execução dos projetos de investimento que condicionam o recebimento de subsídios (nacionais e comunitários) e respetivo reconhecimento dos mesmos	Pág. 6	Promover a melhoria contínua na execução de Investimento e otimizar as estimativas
Passivo não Corrente				
ILD				
Provisões	-1,0 M€	Resolução de um processo judicial do projeto de Expansão da Linha Azul – Prolongamento Amadora-Este/Falagueira	Pág. 7	
Instrumentos financeiros – potencialmente desfavoráveis	-4,2 M€	Flutuação do MtM	Pág. 7	

Principais desvios	Desvio	Motivo	Detalhe	Medidas
Passivo não Corrente				
ML				
Financiamentos obtidos	-7,8 M€	Financiamento DGTF previsto para o projeto de Modernização (CBTC + 14 UT) e aquisição de material circulante (24 UT), que não se concretizou até ao momento, dado a realização destes projetos estarem abaixo do previsto.	Pág. 7	Promover a melhoria contínua na execução de Investimento e otimizar as estimativas
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	1,9 M€	Reconhecimento dos gastos no período com o Plano de pensões	Pág. 7	
Passivo Corrente				
ILD				
Fornecedores de investimento	4,5 M€	Défice de estimativa dos valores em dívida	Pág. 7	
Financiamentos obtidos	51,0 M€	Em falta a aprovação de conversão de dívida DGTF-ILD	Pág. 7	Procurar junto da DGTF a resolução da dívida vencida
Outras dívidas a pagar	-1,7 M€	Falta de estimativa na regularização dos acréscimos de gastos relacionados com juros ILD	Pág. 7	Otimizar estimativas
ML				
Fornecedores	2,5 M€	Défice de estimativa dos valores em dívida	Pág. 7	Melhoria na previsão de execução
Financiamentos obtidos	22,0 M€	Não concretização de conversão de dívida	Pág. 7	Procurar junto da DGTF a resolução da dívida vencida
Suprimentos	-1,48 M€	Valor estimado de financiamento DGTF para cobertura de défice operacional que não ocorreu	Pág. 7	Valores assegurados com saldo de gerência de 2023
Outras dívidas a pagar	9,6 M€	Fornecedores de investimento: 3,7 M€, défice de estimativa dos valores em dívida Acréscimo de gastos com pessoal, juros DGTF, valores a regularizar de Títulos de Transporte e compensações 4_18, Sub23 e Social +, e outros: 5,8 M€	Pág. 7	Melhoria na previsão de execução

6. Demonstrações Financeiras

6.1. Balanço

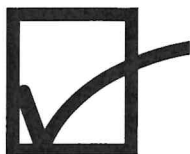
BALANÇO	REAL		PAO	Δ / 31.12.2023		Δ / PAO	
	3.º TRIM 2024	31.DEZ 2023	3.º TRIM 2024	Abs	%	Abs	%
ATIVO							
Ativo não corrente							
Investimentos de infraestruturas de longa duração	5.509.390.608 €	5.426.679.188 €	5.549.730.959 €	82.711.421 €	1,5%	-40.340.351 €	-0,7%
Ativos fixos tangíveis	100.203.779 €	100.907.217 €	118.631.804 €	-703.438 €	-0,7%	-18.428.025 €	-15,5%
Propriedades de investimento	14.457.623 €	14.799.783 €	14.457.912 €	-342.160 €	-2,3%	-289 €	0,0%
Ativos intangíveis	1.899.951 €	2.337.121 €	2.448.090 €	-437.170 €	-18,7%	-548.139 €	-22,4%
Participações financeiras – método equiv. patrimonial	76.870.533 €	76.870.533 €	76.870.533 €	-	0,0%	-	0,0%
Outros ativos financeiros	42.260.907 €	44.369.866 €	41.508.710 €	-2.108.959 €	-4,8%	752.197 €	1,8%
Total do ativo não corrente	5.745.083.402 €	5.665.963.708 €	5.803.648.007 €	79.119.694 €	1,4%	-58.564.605 €	-1,0%
Ativo corrente							
Inventários	10.383.765 €	10.381.802 €	10.360.768 €	1.963 €	0,0%	22.997 €	0,2%
Clientes	1.226.829 €	827.618 €	827.618 €	399.212 €	48,2%	399.212 €	48,2%
Estado e outros entes públicos	1.096.073 €	1.573.263 €	6.161.972 €	-477.190 €	-30,3%	-5.065.899 €	-82,2%
Outras créditos a receber	16.463.508 €	8.331.178 €	8.331.178 €	8.132.330 €	97,6%	8.132.330 €	97,6%
Diferimentos	30.613.593 €	31.180.625 €	31.180.625 €	-567.033 €	-1,8%	-567.033 €	-1,8%
Caixa e depósitos bancários	141.291.048 €	184.936.697 €	144.794.558 €	-43.645.648 €	-23,6%	-3.503.510 €	-2,4%
Total do ativo corrente	201.074.817 €	237.231.182 €	201.656.719 €	-36.156.365 €	-15,2%	-581.902 €	-0,3%
Total do ativo em investimentos de ILD	5.509.390.608 €	5.426.679.188 €	5.549.730.959 €	82.711.421 €	1,5%	-40.340.351 €	-0,7%
Total do ativo afeto à operação (ML)	436.767.610 €	476.515.703 €	455.573.768 €	-39.748.092 €	-8,3%	-18.806.157 €	-4,1%
TOTAL DO ATIVO	5.946.158.219 €	5.903.194.890 €	6.005.304.727 €	42.963.329 €	0,7%	-59.146.508 €	-1,0%
CAPITAL PRÓPRIO							
Capital realizado	4.220.219.352 €	3.906.805.655 €	4.270.515.364 €	313.413.697 €	8,0%	-50.296.012 €	-1,2%
Reserva legal	21.597 €	21.597 €	21.597 €	-	0,0%	-	0,0%
Outras reservas	1.501.878 €	1.501.878 €	1.501.878 €	-	0,0%	-	0,0%
Resultados transitados	-2.008.841.945 €	-1.984.842.365 €	-2.008.841.945 €	-23.999.579 €	1,2%	-	0,0%
Excedentes de revalorização	37.234.076 €	37.234.076 €	37.234.076 €	-	0,0%	-	0,0%
Outras variações no capital próprio	10.495.465 €	10.597.455 €	96.676.143 €	-101.991 €	-1,0%	-86.180.678 €	-89,1%
Resultado líquido do exercício	-12.266.122 €	-23.999.579 €	-13.065.098 €	11.733.458 €	-48,9%	798.976 €	-6,1%
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO	2.248.364.301 €	1.947.318.717 €	2.384.042.016 €	301.045.584 €	15,5%	-135.677.715 €	-5,7%
PASSIVO							
Passivo não corrente							
Investimentos de infraestruturas de longa duração	1.131.087.307 €	1.136.618.704 €	1.136.262.750 €	-5.531.398 €	-0,5%	-5.175.443 €	-0,5%
Provisões	4.272.501 €	4.272.501 €	4.272.501 €	-	0,0%	-	0,0%
Financiamentos obtidos	84.213.746 €	84.213.746 €	91.966.741 €	-	0,0%	-7.752.995 €	-8,4%
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	265.546.825 €	266.801.355 €	263.657.772 €	-1.254.530 €	-0,5%	1.889.053 €	0,7%
Total do passivo não corrente em investimentos de ILD	1.131.087.307 €	1.136.618.704 €	1.136.262.750 €	-5.531.398 €	-0,5%	-5.175.443 €	-0,5%
Total do passivo não corrente afeto à operação (ML)	354.033.071 €	355.287.601 €	359.897.013 €	-1.254.530 €	-0,4%	-5.863.942 €	-1,6%
TOTAL DO PASSIVO NÃO CORRENTE	1.485.120.378 €	1.491.906.306 €	1.496.159.763 €	-6.785.927 €	-0,5%	-11.039.385 €	-0,7%
Passivo corrente							
Investimentos de infraestruturas de longa duração	1.369.066.128 €	1.633.936.175 €	1.315.203.083 €	-264.870.047 €	-16,2%	53.863.045 €	4,1%
Fornecedores	5.627.733 €	2.699.979 €	3.131.653 €	2.927.754 €	108,4%	2.496.080 €	79,7%
Estado e outros entes públicos	2.733.404 €	3.363.376 €	3.363.376 €	-629.973 €	-18,7%	-629.973 €	-18,7%
Financiamentos obtidos	744.676.065 €	744.676.065 €	724.110.564 €	-	0,0%	20.565.501 €	2,8%
Outras dívidas a pagar	84.397.723 €	74.780.092 €	74.780.092 €	9.617.631 €	12,9%	9.617.631 €	12,9%
Diferimentos	6.172.487 €	4.514.180 €	4.514.180 €	1.658.307 €	36,7%	1.658.307 €	36,7%
Total do passivo corrente em investimentos de ILD	1.369.066.128 €	1.633.936.175 €	1.315.203.083 €	-264.870.047 €	-16,2%	53.863.045 €	4,1%
Total do passivo corrente afeto à operação (ML)	843.607.412 €	830.033.693 €	809.899.865 €	13.573.719 €	1,6%	33.707.546 €	4,2%
TOTAL DO PASSIVO CORRENTE	2.212.673.539 €	2.463.969.868 €	2.125.102.948 €	-251.296.328 €	-10,2%	87.570.591 €	4,1%
Total do passivo em investimentos de ILD	2.500.153.435 €	2.770.554.879 €	2.451.465.832 €	-270.401.445 €	-9,8%	48.687.602 €	2,0%
Total do passivo afeto à operação (ML)	1.197.640.483 €	1.185.321.294 €	1.169.796.879 €	12.319.189 €	1,0%	27.843.605 €	2,4%
TOTAL DO PASSIVO	3.697.793.918 €	3.955.876.173 €	3.621.262.711 €	-258.082.256 €	-6,5%	76.531.207 €	2,1%
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	5.946.158.219 €	5.903.194.890 €	6.005.304.727 €	42.963.329 €	0,7%	-59.146.508 €	-1,0%

Fonte: SAP/FI e PAO 2024-2026 (DFI)

6.2. Demonstração de Resultados

RENDIMENTOS E GASTOS	REAL		PAO	Δ PH		Δ PAO	
	3.º TRIM 2024	3.º TRIM 2023	3.º TRIM 2024	Abs	%	Abs	%
Vendas e serviços prestados	98.235.374 €	96.299.293 €	99.404.793 €	1.936.081 €	2,0%	-1.169.418 €	-1,2%
Subsídios à exploração	3.194.840 €	35.273 €	-	3.159.566 €	8957,4%	3.194.840 €	-
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, assoc. e empr. conjuntos	18.647 €	-	-	18.647 €	-	18.647 €	-
Trabalhos para a própria entidade	33.662 €	41.410 €	5.078.090 €	-7.748 €	-18,7%	-5.044.428 €	-99,3%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-2.409.467 €	-2.210.789 €	-2.513.818 €	-198.678 €	9,0%	104.352 €	-4,2%
Fornecimentos e serviços externos	-27.681.951 €	-25.688.143 €	-30.711.399 €	-1.993.809 €	7,8%	3.029.447 €	-9,9%
Gastos com o pessoal	-73.896.052 €	-69.733.406 €	-74.000.362 €	-4.162.646 €	6,0%	104.310 €	-0,1%
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	3.184 €	-	-	3.184 €	-	3.184 €	-
Provisões (aumentos / reduções)	-	40.000 €	-	-40.000 €	-100,0%	-	-
Aumentos / reduções de justo valor	378.879 €	318.196 €	-	60.683 €	19,1%	378.879 €	-
Outros rendimentos e ganhos	1.316.080 €	2.582.532 €	867.188 €	-1.266.451 €	-49,0%	448.892 €	51,8%
Outros gastos e perdas	-1.635.289 €	-2.325.575 €	-1.612.564 €	690.286 €	-29,7%	-22.725 €	1,4%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	-2.442.092 €	-641.209 €	-3.488.072 €	-1.800.884 €	280,9%	1.045.980 €	-30,0%
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	-9.142.977 €	-10.644.233 €	-8.948.561 €	1.501.255 €	-14,1%	-194.417 €	2,2%
Imparidade de ativos depreciables / amortizáveis (perdas/reversões)	-	-	-	-	-	-	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	-11.585.070 €	-11.285.441 €	-12.436.633 €	-299.628 €	2,7%	851.563 €	-6,8%
Juros e gastos similares suportados	-681.052 €	-804.340 €	-628.465 €	123.288 €	-15,3%	-52.587 €	8,4%
Resultado antes de impostos	-12.266.122 €	-12.089.781 €	-13.065.098 €	-176.340 €	1,5%	798.976 €	-6,1%
Imposto sobre o rendimento do exercício	-	-	-	-	-	-	-
Resultado líquido do exercício	-12.266.122 €	-12.089.781 €	-13.065.098 €	-176.340 €	1,5%	798.976 €	-6,1%

Fonte: SAP/FI e PAO 2024-2026 (DFI)



JOÃO CIPRIANO & ASSOCIADO, SROC, LDA.

Inscrita na OROC sob o n.º 119

Inscrita na CMVM sob o n.º 20161438

João Amaro Santos Cipriano - ROC n.º 631 – Inscrição na CMVM n.º 20160277

Andreia Sofia Sena Barreira - ROC n.º 1739 – Inscrição na CMVM n.º 20161349

RELATÓRIO DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS DO

ML – METROPOLITANO DE LISBOA, E.P.E.

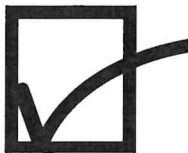
3.º TRIMESTRE 2024

Introdução

1. O presente relatório reporta-se às contas no final do **3.º trimestre de 2024** do **ML – Metropolitano de Lisboa, E.P.E.** (o ML ou da Entidade) e é emitido ao abrigo do n.º 5 do artigo 14.º dos respetivos Estatutos, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 148-A/2009, de 26 de junho.
2. Procedemos à análise da evolução da situação económica, financeira e execução orçamental da Entidade ocorrida até o final do 3.º trimestre de 2024, tendo por base:
 - a informação financeira e de gestão com referência a 30 de setembro de 2024, designadamente, o balanço e a demonstração dos resultados por naturezas;
 - o “Plano de Atividades e Orçamento (PAO)” para 2024 aprovado por Despacho do Secretário de Estado do Tesouro e Finanças, de 3 de setembro de 2024, e por Despacho da Secretária de Estado da Mobilidade, de 2 de setembro de 2024;
 - o “Relatório Trimestral” preparado pela Entidade com referência ao 3.º trimestre de 2024 e apreciado na reunião do Conselho de Administração de 12 de dezembro de 2024.

Responsabilidades

3. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Entidade a implementação e manutenção de um adequado sistema de informação, o total e adequado registo das transações financeiras ocorridas, bem como a preparação e submissão oportuna de mapas financeiros requeridos pela legislação aplicável.
4. Do disposto estatutariamente decorre a nossa responsabilidade de elaborar um relatório sucinto em que se refiram os controlos efetuados e as anomalias detetadas, assim como os desvios verificados em relação ao PAO de 2024 e respetivas causas.



JOÃO CIPRIANO & ASSOCIADO, SROC, LDA.

Inscrita na OROC sob o n.º 119

Inscrita na CMVM sob o n.º 20161438

João Amaro Santos Cipriano - ROC n.º 631 – Inscrição na CMVM n.º 20160277

Andreia Sofia Sena Barreira - ROC n.º 1739 – Inscrição na CMVM n.º 20161349

Âmbito

5. O nosso trabalho consistiu na execução dos seguintes procedimentos considerados necessários e suficientes para responder à responsabilidade que nos foi atribuída:
- a) Acompanhamento da atividade da Entidade, através de contactos com responsáveis, tendo solicitado e obtido os esclarecimentos que considerámos necessários;
 - b) Análise do balancete com referência a 30 de setembro de 2024 e revisão analítica da informação financeira relativa ao período de nove meses findo nessa data, incluindo testes à verificação da conformidade da mesma com as políticas contabilísticas normalmente adotadas e com os registos contabilísticos que lhes servem de suporte; e
 - c) Testes que contemplaram a análise crítica sobre o grau de execução e desvios orçamentais, decorrentes das atividades desenvolvidas pela Entidade e tendo por base a informação por esta fornecida.

Conclusões

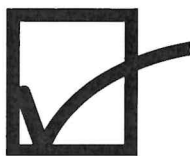
6. Com base nos procedimentos efetuados, entendemos dever realçar as seguintes situações:

a) Balanco:

A Entidade apresenta no ponto 6.1. do Relatório referente ao 3.º trimestre de 2024 um mapa no qual procede à comparação entre os valores constantes do Balanço em 30 de setembro de 2024 e os valores orçamentados no Plano de Atividades e Orçamento (PAO) de 2024, para o final do terceiro trimestre de 2024, e com os valores constantes no Balanço a 31 de dezembro do ano 2023, onde se evidenciam os desvios orçamentais e a evolução de 2023 para 2024 em valor e em percentagem, por rubrica e em termos globais.

Da análise efetuada aos desvios ocorridos, entendemos destacar os seguintes aspetos:

- O total do **Ativo** registou um desvio desfavorável de 1,0%, em valor -59,1 milhões de euros, face ao PAO de 2024, que se deveu fundamentalmente às seguintes situações:
 - desvio desfavorável de -40,3 milhões de euros, na rubrica “Investimentos de Infraestrutura de Longa Duração” (ILD) fruto da realização de investimentos abaixo do previsto nos principais projetos em curso, nomeadamente na obra de prolongamento da Linha Vermelha (S. Sebastião / Alcântara), no investimento na Modernização do Sistema de Sinalização CBTC, na Renovação de Sistemas de Conforto (Escadas mecânicas, Tapetes rolantes e Elevadores) e no prolongamento RA/CS. Contudo, o reconhecimento nesta rubrica da quantia de 44 milhões de euros relativos à estimativa de conversão de dívida da DGTF-ILD



JOÃO CIPRIANO & ASSOCIADO, SROC, LDA.

Inscrita na OROC sob o n.º 119

Inscrita na CMVM sob o n.º 20161438

João Amaro Santos Cipriano - ROC n.º 631 – Inscrição na CMVM n.º 20160277

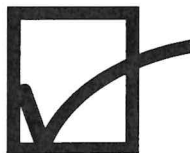
Andreia Sofia Sena Barreira - ROC n.º 1739 – Inscrição na CMVM n.º 20161349

(+51 milhões de euros) e valor de conversão de juros ILD e SWAP MtM (-7 milhões de euros) permitiram atenuar o impacto negativo nesta rubrica;

- desvio desfavorável de -18,4 milhões de euros, na rubrica “Ativo Fixo Tangível”, devido à menor execução dos investimentos em curso, nomeadamente: Projeto de “Modernização/Aquisição de 14 UT + instalação de CBTC em 70 UT”; Aquisição de uma Máquina Esmeriladora; Renovação de sistemas vídeo e comunicação + SADI nas carruagens; Sistema de Informação ao Cliente; Upgrade Tecnológico do Sistema de Acionamento de Portas da Série ML90; e Aquisição de 24 UT-RCM n.º 122/2023;
- desvio favorável de +8,1 milhões de euros em “Outras Contas a Receber”, explicado pelos desvios em acréscimo de rendimentos, de +4,3 milhões de euros, em devedores diversos, +3,8 milhões de euros, com especial destaque para os valores a regularizar com fornecedores (energia – Iberdrola);
- Desvio desfavorável em “Caixa e Depósitos bancários”, de -3,5 milhões de euros, o que genericamente traduz um comportamento dos fluxos de caixa aquém do previsto em todas as atividades, comportamento correlacionado com o prazo médio de pagamentos a ser inferior ao previsto, e com o facto da 2.ª fase da candidatura do projeto RA/CS ao “Programa do Sustentável 2030” ter sido submetida apenas no final do 2.º trimestre de 2024, não tendo sido recebida qualquer verba do Fundo de Coesão, com os pagamentos deste projeto têm sido assegurados com recurso ao saldo de gerência do Fundo Ambiental.

- O **Passivo** total registou um desvio desfavorável de +76,5 milhões de euros, face ao valor previsto no PAO de 2024, que se deveu às seguintes situações:

- desvio desfavorável de +48,7 milhões de euros, na rubrica “Investimento de ILD” (Passivo Não Corrente + Passivo Corrente) decorrente, essencialmente: (i) em *sentido favorável*, da flutuação do “mark-to-mark” dos derivados (-4,2 milhões de euros) e da redução de 1,0 milhões de euros respeitante à resolução de um processo judicial do projeto de expansão da linha azul (prolongamento amadora-este/Falagueira), e (ii) em *sentido desfavorável*, decorrente do aumento na rubrica de financiamento de curto prazo – DGTF, de + 51 milhões de euros, respeitante a estimativa de conversão de dívida ILD e 4,5 milhões de euros, por défice de estimativa dos valores em dívida a fornecedores de investimento ILD;
- desvio desfavorável de +14,2 milhões de euros na rubrica de “Financiamento Obtido” (Passivo Não Corrente + Passivo Corrente) decorrente, essencialmente: (i) em *sentido favorável*, à menor necessidade de financiamento da DGTF devido à baixa execução dos projetos em curso (-7,8 milhões de euros), e (ii) em *sentido desfavorável*, +22 milhões de euros decorrente da estimativa de conversão de dívida ML e CP em dotação de capital;
- desvio desfavorável de +9,6 milhões de euros, na rubrica “Outras Dividas e Pagar” do Passivo Corrente, justificado pelo aumento de 3,7 milhões de euros nas dividas a fornecedores de investimento, e pelo incremento de 3,3 milhões de euros nos acréscimos de gastos (pessoal, juros DGTF, valores a regularizar



JOÃO CIPRIANO & ASSOCIADO, SROC, LDA.

Inscrita na OROC sob o n.º 119

Inscrita na CMVM sob o n.º 20161438

João Amaro Santos Cipriano - ROC n.º 631 – Inscrição na CMVM n.º 20160277

Andreia Sofia Sena Barreira - ROC n.º 1739 – Inscrição na CMVM n.º 20161349

de títulos de transporte e compensação, serviços de limpeza, vigilância e segurança, energia, entre outros).

- Quanto ao **Capital Próprio**, verificou-se um desvio desfavorável de -135,7 milhões de euros, justificado pelo efeito conjugado dos seguintes fatores:
 - desvio desfavorável de -50,3 milhões de euros, na rubrica “Capital Realizado”, dado não ter ocorrido no período em causa qualquer dotação de capital para serviço da dívida (-22 milhões de euros), e por falta de dotação para o défice de investimento (-26,8 milhões de euros);
 - desvio desfavorável de -86,2 milhões de euros, na rubrica “Outras Variações no Capital Próprio”, que se deveu, em grande parte, ao menor grau de execução dos investimentos subsidiados;
 - desvio favorável de 799 mil de euros, verificado no resultado líquido do período, cujas principais variações ocorridas são analisadas na alínea b) deste ponto.

b) Demonstração dos resultados

A Entidade apresenta no ponto 6.2 do Relatório referente ao 3.º Trimestre de 2024 um mapa no qual procede à comparação dos valores realizados até 30 de setembro desse ano com os valores orçamentados no PAO de 2024 e as variações ocorridas face ao período homólogo de 2023, em valor e em percentagem, por rubrica e em termos globais.

Conforme evidenciado no mapa do ponto 6.2 do referido Relatório, constata-se que no final do 3.º Trimestre de 2024 a Entidade apresenta um resultado líquido negativo de 12,3 milhões de euros, o que equivale a um agravamento do prejuízo em cerca de 1,5%, no valor de 176 mil euros, quando comparado com o período homólogo de 2023 (-12,1 milhões de euros), apresentando um desvio favorável de 6,1% (799 mil euros), face ao resultado previsto no PAO de 2024 (-13,07 milhões de euros).

Os principais fatores contributivos para o **desvio face ao PAO de 2024** foram os seguintes:

- desvio desfavorável de 1,2% (-1,2 milhões de euros) na rubrica “Vendas e Serviços Prestados”, devido alterações na repartição dos réditos associados ao tarifário dos passes Navegante no âmbito do novo regulamento;
- desvio desfavorável de 99,3%, no valor de -5,04 milhões de euros, na rubrica “Trabalhos para Própria Entidade”, em consequência da menor execução dos investimentos;
- desvio favorável de -9,9% no valor de 3 milhões de euros, na rubrica “Fornecimentos e Serviços Externos”, destacando-se a menor execução das seguintes sub-rubricas: trabalhos especializados; promoção/Marketing/Imagem; contratos de conservação e reparação, como assistência técnica, edifícios e outras construções e equipamento básico; gastos com energia, rendas e alugueres de equipamento administrativo e equipamento de transporte; e despesas com condomínios.



JOÃO CIPRIANO & ASSOCIADO, SROC, LDA.

Inscrita na OROC sob o n.º 119

Inscrita na CMVM sob o n.º 20161438

João Amaro Santos Cipriano - ROC n.º 631 – Inscrição na CMVM n.º 20160277

Andreia Sofia Sena Barreira - ROC n.º 1739 – Inscrição na CMVM n.º 20161349

Quanto à **comparação com o período homólogo do ano anterior**, destacamos as seguintes variações:

- comportamento favorável de +1,9 milhões de euros na rubrica “Vendas e Serviços Prestados”, justificado, essencialmente, pelo aumento significativo dos Pagamentos por conta no âmbito do novo Regulamento de repartição tarifária dos passes Navegante;
- variação desfavorável de -2 milhões de euros na rubrica de “Fornecimentos e Serviços Externos”, decorrente, essencialmente: (i) em *sentido desfavorável* ao crescimento dos gastos com as seguintes sub-rubricas: vigilância e segurança; contratos de conservação e reparação, como assistência técnica, edifícios e outras construções e equipamento básico, (ii) em *sentido favorável*, à menor necessidade dos serviços com trabalhos especializados e a gastos com a energia. No que respeita ao menor gasto com energia, importa salientar que no último trimestre deste período poderão ainda existir acertos na faturação de energia que venham absorver, mesmo que parcialmente, a poupança ocorrida até ao momento;
- variação desfavorável de -4,2 milhões de euros na rubrica de “Gastos com o Pessoal” sendo a mesma explicada pelo aumento do custo do plano de pensões (aproximadamente +2,9 milhão de euros), face à atualização do estudo atuarial, e de 1,2 milhões de euros dos gastos com a variação da massa salarial decorrente da aplicação do Decreto-Lei n.º 108/2023, de 22 de novembro.

c) Indicadores relevantes

Relativamente à atividade operacional e financeira da Entidade até ao final do 3º trimestre de 2024, foram apurados os comportamentos nos indicadores abaixo mencionados, por confronto com o período homólogo (PH) de 2023 e com o PAO aprovado para 2024, cuja análise consideramos consistente com a informação financeira:

INDICADORES	EM 30/set/24	COMPARAÇÃO	
		com PH 23	com PAO 24
Nº passageiros transportados	129 575 521,0	+6,4%	+1,7%
Passageiros x Km	677 232 741,0	+4,8%	+10,9%
Nº Lugares x Km	2 804 691,7	+1,9%	-8,0%
Comboios x Km	3 794 105,0	-0,20%	-11,50%
Gastos Operacionais / Volume Negócios	102,52%	-1,17%	-5,35%
EBITDA (corrigido)	-3 217 994 €	-265,8%	-62,4%
Prazo Médio de Pagamentos	19 dias	igual	-26 dias
Efetivo	1 576	+7 pess	-47 pess
Execução do Plano de Investimentos 24	54 547 056 €	n.a.	-64,01%



JOÃO CIPRIANO & ASSOCIADO, SROC, LDA.

Inscrita na OROC sob o n.º 119

Inscrita na CMVM sob o n.º 20161438

João Amaro Santos Cipriano - ROC n.º 631 – Inscrição na CMVM n.º 20160277

Andreia Sofia Sena Barreira - ROC n.º 1739 – Inscrição na CMVM n.º 20161349

d) Consideração adicional:

As referências sobre a informação económica e financeira da Entidade reportada a 30 de setembro de 2024, efetuadas nas anteriores alíneas a) e b) do ponto 6 deste relatório, têm subjacentes registos contabilísticos preparados com os pressupostos contratuais e financeiros, que se mantinham nessa data, e que determinaram as reservas colocadas na opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Entidade referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2023, constante da respetiva Certificação Legal das Contas.

Restrições na distribuição e uso

7. Nos termos do n.º 5 do artigo 14.º dos Estatutos do ML, o presente relatório deve ser remetido aos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e dos transportes.

Lisboa, em 6 de fevereiro de 2025

“João Cipriano & Associado, SROC, Lda”

(Sociedade de Revisores Oficiais de Contas n.º 119 na OROC, com registo n.º 20161438 na CMVM)

Representada por

João Amaro Santos Cipriano

(Revisor Oficial de Contas n.º 631 na OROC, com registo n.º 20160277 na CMVM)



Metropolitano de Lisboa, E.P.E.

CONSELHO FISCAL

RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL

- 3.º TRIMESTRE DE 2024

1. ENQUADRAMENTO

O presente relatório do Conselho Fiscal (CF) visa dar cumprimento ao disposto no n.º 5, do artigo 14.º, dos Estatutos do Metropolitano de Lisboa, EPE (ML), aprovados pelo Decreto-Lei n.º 148-A/2009, de 26 de junho, no n.º 4, do artigo 97.º, do Decreto-Lei n.º 17/2024, de 29 de janeiro (Decreto-Lei de Execução Orçamental para 2024) e, ainda, na alínea i), do n.º 1, do artigo 44.º, do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro (Regime Jurídico do Sector Público Empresarial - RJSPE) e reporta-se ao 3.º trimestre de 2024.

Na elaboração deste relatório foi tido em consideração o relatório da execução orçamental do referido trimestre, aprovado, em 12/12/2024, pelo Conselho de Administração (CA) do ML, enviado em 26/12/2024.

Por despachos de 02/09/2024, de S.E. a Secretária de Estado da Mobilidade (SEMob) e de 3/09/2024, de S.E. o Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças (SETF), foi aprovado o Plano de Atividades e Orçamento 2024-2026 do ML, “...apenas...para o ano de 2024...”.

Esta autorização decorre do Despacho n.º 399/2024-SETF, de 28/08/2024, de S.E. o SETF que, além de aprovar o relatório de análise n.º 203/2024, de 22 de julho, da Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Sector Público Empresarial (UTAM), aprovou o PAO para o ano de 2024, e concedeu as seguintes autorizações¹:

- *para a extensão do prazo de contratação de 53 trabalhadores autorizados em sede do PAO 2023-25 até 30 de setembro de 2024;*
- *para o aumento dos Gastos Operacionais em até três milhões de euros (2,2%), que, deduzindo 317 mil euros referentes aos gastos com as contratações acima assinaladas, limita o total destes gastos em 2024 ao valor de 145,9 milhões de euros.”*

Em 27/03/2024, o Estado e o ML celebraram um Aditamento ao Contrato de Concessão de Serviço Público de transporte de passageiros em vigor, que prorrogou o prazo de duração da concessão até 1 de julho de 2030 e alterou o clausulado, de modo a clarificar a situação dos Investimentos de Longa Duração (ILD) face ao regime financeiro das Infraestruturas Ferroviárias (definido no anexo ao Decreto-Lei n.º 175/2014, de 5 de dezembro), a gestão dos ativos e o modelo de remuneração do ML, enquanto concessionário. O referido Aditamento foi objeto de visto prévio do Tribunal de Contas em 15/07/2024.

¹ No mesmo despacho foi ainda determinado que “...a aprovação do PAO para 2024 não dispensa a empresa do cumprimento das disposições legais aplicáveis, e qualquer alteração significativa do mesmo, fora da margem de flexibilidade concedida pela autonomia de gestão, deverá obter aprovação acionista, nos termos e para os efeitos do artigo 25.º do Regime Jurídico do Setor Público Empresarial.”



Metropolitano de Lisboa, E.P.E.

CONSELHO FISCAL

A fiscalização do ML encontra-se também cometida a um Revisor Oficial de Contas (ROC)², que não é membro do CF, de acordo com o modelo previsto na alínea b), do n.º 1, do artigo 413.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC) e nos termos do artigo 13.º dos Estatutos do ML.

Na análise efetuada, além dos documentos/instrumentos já referidos, foram também considerados o relatório do ROC, enviado ao CF em 06/02/2025, emitido também em cumprimento do disposto no n.º 5, do artigo 14.º, dos Estatutos do ML. Apesar de solicitadas, não foram ainda disponibilizadas as cópias das atas das reuniões do CA do trimestre em apreço.

2. ANÁLISE DA EXECUÇÃO DO TRIMESTRE

2.1. Atividade e Investimento

O 3.º trimestre de 2024 (em termos acumulados até 30 de setembro de 2024) registou 129,6 milhões de passageiros transportados (título pago, gratuito e fraude³) e 677,2 milhões de passageiros x Km, o que traduz, respetivamente, desvios de +1,7% e +10,9%, nos referidos indicadores de procura, face ao orçamentado e aprovado para o mesmo período. Os mesmos indicadores evidenciam, respetivamente, variações de +6,4% (+7,8 milhões) e +4,8% (+31,0 milhões), face ao período homólogo do ano anterior.

A oferta, medida através do indicador “lugares x km”, registou um desvio de -8,0% (-244,3 milhões)⁴ em relação ao previsto para o mesmo período e uma variação de +1,9% (+52,5 milhões) face ao período homólogo de 2023.

O investimento (formação bruta de capital fixo) executado até ao final do 3.º trimestre de 2024 registou o montante global de 54,5M€, o que corresponde a uma taxa de execução de 36% face ao projetado/orçamentado para o mesmo período (151,6M€). Realça-se que:

- (i) O investimento orçamentado para o prolongamento da linha Rato/Cais do Sodré (55,4M€) registou 65% de taxa de execução (35,8M€);
- (ii) O investimento orçamentado para o prolongamento da linha S. Sebastião/Alcântara (52,5M€) registou 6% de taxa de execução (3,0M€); e
- (iii) O investimento orçamentado para a modernização do sistema de sinalização e do material circulante, linhas A, B e C, (17,0M€) registou 39% de taxa de execução (6,7M€).

² João Cipriano & Associados, SROC, Lda, representada pelo ROC João Amaro Santos Cipriano.

³ Os passes 4_18 e sub_23, passaram para títulos gratuitos a partir de 1/1/2024 (Portaria n.º 7-A/2024, de 5 de janeiro).

Apesar de não indicada no relatório, a taxa de fraude prevista no PAO para 2024 é de 2,9%.

⁴ O desvio desfavorável registado na oferta é fundamentado pela empresa por interrupções na circulação de comboios causadas por fatores não controláveis, nomeadamente constrangimentos na circulação devido às obras em curso (linha circular) que têm originado interrupções nas linhas verde e amarela e problemas no sistema de sinalização que têm originado interrupções na linha azul.



Metropolitano de Lisboa, E.P.E.

CONSELHO FISCAL

2.2. Desempenho económico e financeiro

O CF sublinha que as contas relativas ao exercício de 2022 foram aprovadas por Despachos de S.E. os SEMob e SETF, de 27 e 28 de novembro de 2024, respetivamente, e as contas de 2023 foram aprovadas por Despachos de S.E. os SEMob e SETF, de 19 de dezembro de 2024, bem como que as demonstrações financeiras que integram o documento em apreciação estão sujeitas aos trabalhos de revisão legal das contas da Sociedade⁵. Com este enquadramento, da análise efetuada ao Relatório de execução do 3.º trimestre 2024, o CF destaca:

- O prejuízo de 12,3M€, registado no final do período, representa um desvio favorável de 0,8M€ face ao orçamentado para o mesmo período (prejuízo de 13,1M€), destacando-se essencialmente, o desvio desfavorável nos trabalhos para a própria empresa (-99% | -5,0M€)⁶ e os desvios favoráveis nos subsídios à exploração e de FSE, nos valores de +3,2M€⁷ e de 3,0M€⁸, respetivamente.

O prejuízo registado está em linha com o registado no período homólogo (prejuízo de 12,1M€), decorrente da combinação de um conjunto de fatores, destacando-se o agravamento de 4,2M€⁹ dos gastos com pessoal que foi parcialmente compensado pelo aumento de 3,2M€ dos subsídios à exploração, face a 30 de setembro de 2023.

- As vendas e serviços prestados de 98,2M€, integram 65,9M€ de vendas de bilhetes e passes, 2,4M€ de participações financeiras de passes¹⁰, 24,3M€ de “pagamentos por conta” no âmbito do novo regulamento de repartição tarifária dos passes NAVEGANTE¹¹ e 5,6M€ de receitas não tarifárias¹². O valor global executado traduz um desvio desfavorável de 1,2%% (-1,2M€) face ao orçamentado para o mesmo período e um aumento de 2% (+1,9M€) face ao período homólogo, este último influenciado pelo aumento dos “pagamentos por conta” em +20,4M€ face ao 3.º trimestre de 2023.

Sobre os designados pagamentos por conta (novo regulamento de repartição tarifária dos passes NAVEGANTE), sublinha-se que esta receita havia sido orçamentada (para o período) em 5,5M€ e a respetiva execução ascendeu a 24,3M€, em virtude de o orçamento para 2024 considerar o anterior modelo de repartição das receitas, denominado por PART¹³.

⁵ Nos termos do artigo 45.º do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (EOROC) e do artigo 451.º do CSC

⁶ Relacionado com a baixa execução dos investimentos.

⁷ No âmbito da aplicação do Aditamento ao Contrato de Concessão.

⁸ Essencialmente trabalhos especializados (-0,9M€) e contratos de conservação e reparação (-1,0M€).

⁹ Decorrente do aumento do custo do plano de pensões (+2,9M€) face à atualização do estudo atuarial e do impacto da valorização salarial (+1,5M€), decorrente da aplicação do Decreto-Lei n.º 108/2023, de 22 de novembro.

¹⁰ Social+, gratuitos Lisboa (CML) e antigos combatentes.

¹¹ Com a entrada em vigor em 01/01/2024 do Regulamento n.º 1362-C/2023, de 27/12, que procede à 6.ª alteração do Regulamento n.º 278-A/2019, de 27/3, foram implementadas novas Regras Gerais no Sistema Tarifário na Área Metropolitana de Lisboa, e aprovada uma nova metodologia de repartição pelos operadores das receitas geradas pela venda dos passes Navegante, incluindo a sua autonomização relativamente às receitas provenientes da venda de outros passes e títulos ocasionais. De acordo com este Regulamento, a receita dos passes Navegante fica associada à venda conseguida por cada operador, passando a estar dependente do comportamento da procura.

¹² Venda e personalização de cartões, espaços comerciais, aluguer de espaços e subconcessões.

¹³ Programa de Apoio à Redução Tarifária, aprovado através do Despacho n.º 1234-A/2019, de 4 de fevereiro.



Metropolitano de Lisboa, E.P.E.

CONSELHO FISCAL

- O Capital Próprio registado a 30 de setembro, de 2.248,4M€, representa um desvio desfavorável de 135,7M€ (-5,7%) face ao orçamentado e aprovado para o mesmo período, o qual decorre, essencialmente, do desvio na execução de capital estatutário (-50,3M€)¹⁴ e do desvio na execução de “Outras variações no capital próprio” (-86,2M€)¹⁵, este último relacionado com o reconhecimento dos subsídios aos investimentos.

O Capital Próprio regista um aumento de 301,0M€ (+15,5%), face a 31 de dezembro de 2023, por via do impacto do capital subscrito até 30 de setembro de 2024 (313,4M€) para a amortização do financiamento Schulschein (300,0 M€) e encargos financeiros (13,4 M€);

- O Ativo registado a 30 de setembro de 2024, de 5.946,2M€, representa um desvio desfavorável de 59,1M€ (-1,0%) face ao orçamentado e aprovado para o mesmo período, em resultado, essencialmente, do desvio do saldo ILD (-40,3M€), por via da baixa execução dos principais projetos em curso de ILD (-78,5M€) e da não concretização da conversão da dívida ao Estado por conta do financiamento ILD (+44,0M€) a que acresce os respetivos juros de financiamento e a variação do *mark-to-market* dos contratos *swap* (-7M€) prevista no orçamento.

O aumento do Ativo em 43,0M€ (+0,7%), face a 31 de dezembro de 2023, decorre, essencialmente, da combinação da diminuição do saldo de caixa e depósitos à ordem (-43,6M€) e do aumento do saldo dos investimentos de ILD (+82,7M€), realçando-se, deste acréscimo (ILD): (i) +44,9M€ de investimentos em curso, e (ii) +36,9M€ de encargos financeiros e variação do *mark-to-market* dos contratos *swap*.

- O Passivo, de 3.697,8M€, registado no final do período representa um desvio desfavorável de 76,5M€ (+2,1%) face ao orçamentado e aprovado para o mesmo período, decorrente, sobretudo, dos desvios registados no passivo ILD (corrente e não corrente), de +48,7M€ (+2,0%)¹⁶, e nos financiamentos obtidos (corrente e não corrente), de +12,8M€ (+ 1,6%)¹⁷.

A diminuição do Passivo em 258,1M€ (-6,5%), face a 31 de dezembro de 2023, resulta essencialmente, diminuição do passivo ILD (corrente e não corrente) em 270,4M€ (-9,8%), por via da amortização do financiamento *Schulschein*.

¹⁴ Não se concretizaram quer a conversão de dívida vencida (DGTF_ML) em capital (-22,0M€), quer as dotações de capital para cobertura do défice de tesouraria para investimento (-26,8M€).

¹⁵ Essencialmente devido ao menor grau de execução dos investimentos subsidiados.

¹⁶ Impacto da não execução da conversão de dívidas ao Estado (ILD) em Ativo (contas a receber do Estado – ILD).

¹⁷ Impacto da não execução da conversão de dívidas do Estado (ML) em capital.



Metropolitano de Lisboa, E.P.E.

CONSELHO FISCAL

3. CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS E DAS ORIENTAÇÕES TRANSMITIDAS

Atenta a informação constante do ponto 3. do Relatório de execução do 3.º trimestre de 2024, as obrigações legais aplicáveis, o despacho que aprovou o PAO 2024 e as orientações transmitidas aquando da elaboração dos PAO para 2024 (vd. Ponto 1.), o CF destaca os seguintes aspetos:

Autorizações /Orientações	Observações do CF
Extensão até 30/09/2024 do prazo de contratação de 53 trabalhadores autorizados em sede do PAO 2023/2025. (Despacho aprovação PAO e n.ºs 1, 2 e 3, do artigo 132.º, do DLEO para 2024)	No âmbito da aprovação do PAO 2024 foi autorizado um aumento líquido de 53 trabalhadores (novas contratações), a concretizar até 30 de setembro de 2024. Em 30/09/2024, o quadro de pessoal, excluindo órgãos sociais, atingiu 1576 trabalhadores, representando um aumento líquido de 7 trabalhadores, face ao período homólogo e mais um trabalhador em relação a 31/12/2023. O ML justifica os desvios devido a atrasos nos processos de contratação aprovados, bem como na substituição de saídas.
Aumento dos Gastos Operacionais até ao limite de 145,9 M€, face a 2023 (Despacho aprovação PAO)	Em 30/09/2024, os gastos operacionais ¹⁸ totalizaram 104 M€, representando um desvio favorável de 3,2M€ face ao aprovado e projetado para o período e um acréscimo de 6,4 M€ face a igual período de 2023, decorrente do aumento dos gastos com o pessoal, conforme atrás exposto. Com base no orçamentado e aprovado, no período em análise foi dado cumprimento a este requisito.
Eficiência Operacional – Rácio de gastos operacionais sobre o volume de negócios, igual ou inferior ao verificado em 2023. (artigo 37.º LOE para 2024 e n.º 1 do artigo 134.º do DLEO de 2024)	Em 30/09/2024, a eficiência operacional tem uma evolução favorável, com o rácio dos gastos operacionais (GO) sobre o volume de negócios (VN) ¹⁹ a diminuir 5,35 p.p., face ao orçamentado e aprovado. Em termos homólogos regista-se uma evolução desfavorável de 1,17 p.p. Com base no orçamentado e aprovado, no período em análise, foi dado cumprimento a este requisito, embora comparando com o período homólogo se verifique uma evolução desfavorável.
Programa Pagar a Tempo e Horas - Prazo médio de pagamentos (Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de fevereiro e Despacho n.º 9870/2009, publicado em 13 de abril)	Em 30/09/2024, o PMP era de 19 dias (menos 26 dias do que o previsto no PAO e o mesmo valor do que o registado no final do 3.º trimestre de 2023). Com base no orçamentado e aprovado para o período em análise, foi dado cumprimento a este requisito.
Compromissos e Pagamentos em Atraso (Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho)	Até ao final do 3.º trimestre, o ML tinha fundos disponíveis de 721,4 M€, assumiu compromissos de 573,8 M€ e efetuou pagamentos de 471,4 M€. Em consequência, os fundos disponíveis registam uma variação positiva de 147,6 M€ e os compromissos assumidos e por pagar ascendem a 102,4 M€. Assim, o ML não consta da <i>“Lista das entidades da Administração Central, que se encontram em incumprimento nos termos dos n.ºs 5 e 6 do art.º 7.º do DL 127/2012, de 21 de junho, republicado pelo DL 99/2015, de 2 de junho”</i> . Em 30/09/2024, a empresa não dispunha de pagamentos em atraso.

¹⁸ Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas (CMVMC), Fornecimentos e Serviços Externos (FSE) e Gastos com o Pessoal (GcP).

¹⁹ O volume de negócios integra as receitas tarifárias, compensações financeiras, pagamentos por conta e receitas não tarifárias.



Metropolitano de Lisboa, E.P.E.

CONSELHO FISCAL

Autorizações /Orientações	Observações do CF
Princípio da Unidade de Tesouraria (Decreto-Lei n.º 191/99, de 5 de junho, art.º 28.º do RJSPE, art.º 105.º LOE para 2024 e art.º 91.º do DLEO de 2024 - aguarda Despacho do IGCP)	Em 30/09/2024, o ML possuía 98,5% das suas disponibilidades no Tesouro (139,2 M€). O remanescente (2 M€), depositado junto da banca comercial, encontra-se dispensado de cumprimento da UTE por decisão favorável de 26/11/2024 da Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública – IGCP, E.P.E.
Endividamento – Crescimento global limitado a 2 %, considerando o financiamento remunerado corrigido pelo capital social realizado e excluindo investimentos, face a 2023 (artigo 38.º da LOE para 2024 e artigo 135.º do DLEO 2024)	O ML registou uma variação de 0,21% do endividamento, por aplicação da fórmula de cálculo prevista no DLEO para 2024, inferior ao limite fixado. Até 30/09/2024 ocorreu um decréscimo do passivo remunerado, na ordem dos 298M€ face a 31/12/2023, e não se registaram novos investimentos com expressão material. O capital social aumentou para 4.220 M€, que compara com os 3.907 M€ de 31/12/2023.

4. CONTRATAÇÃO PÚBLICA

Os contratos celebrados entre 1/07/2024 e 30/09/2024 e publicados, no [Portal Base dos Contratos Públicos](#) (pesquisa efetuada em 15/01/2025), totalizaram 94 procedimentos contratuais, num preço contratual global de 20,2 M€. O tipo de procedimento mais expressivo é o concurso público (16,7 M€; 82,5% do total), seguido do ajuste direto de regime geral (1,8 M€; 6,5 % do total), dos setores especiais (1,5 M€; 7,2% do total) e, por fim, da consulta prévia (0,3 M€; 1,3%).

Da análise dos dados publicados resulta ainda que:

- O CPV mais relevante é a aquisição de serviços de segurança (12,9 M€), abrangendo dois contratos, um deles (“Aquisição de Serviços de Vigilância, Guardaria e Portaria para as Linhas Verde e Vermelha”) com o maior valor de adjudicação (12,1 M€), antecedido de procedimento por concurso público ([Contrato n.º 61/2024-ML](#));
- Dos 10 procedimentos por ajuste direto e consulta prévia, a maioria foi objeto de publicação, no Portal Base, antes do final do prazo de execução dos contratos²⁰, em aparente consonância com a regra estabelecida no n.º 3, do art.º 127.º, do Código dos Contratos Públicos, na redação atual²¹, com exceção de dois (diferença de 2 e 40 dias face à data de fecho do contrato).

No mesmo período, foram publicados, na 2.ª Série do Diário da República, anúncios referentes a 19 concursos públicos (5 deles resultantes de alterações de anúncios anteriores no mesmo trimestre ou de trimestres anteriores²²), cujo preço base total ascendeu a 4,6 M€.

²⁰ Diferença entre a data da celebração do contrato (acrescida do prazo de execução) e a data da publicação no Portal Base.

²¹ Este preceito dispõe que: “...a publicação referida no n.º 1 é condição de eficácia do respetivo contrato, independentemente da sua redução ou não a escrito, nomeadamente para efeitos de quaisquer pagamentos”. Por seu turno, o n.º 1 do mesmo preceito estabelece que “a celebração de quaisquer contratos na sequência de consulta prévia ou ajuste direto deve ser publicitada, pela entidade adjudicante, no portal dos contratos públicos...”.

²² Anúncio n.º [20236/2024](#) (alteração do Anúncio n.º 11933/2024, publicado em 13/06/2024), referente à “Empreitada de Conceção e Construção, Aquisição de Veículos e Serviços de Manutenção da Linha Violeta do Metropolitano de Lisboa, E.P.E.”, com um preço base de 450 M€.



Metropolitano de Lisboa, E.P.E.

CONSELHO FISCAL

5. RELATÓRIO DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS DO ML

Como já referido, o CF teve também em consideração o Relatório do ROC – 3.º trimestre 2024, que se considera aqui como reproduzido, no qual este identifica os desvios que considera relevantes nos resultados e na situação patrimonial do ML face ao orçamentado, bem como as variações mais significativas (resultados) em relação ao período homólogo.

Do referido relatório destaca-se a seguinte consideração adicional “... *a informação financeira da entidade reportada a 30 de setembro de 2024, (...), têm subjacentes registos contabilísticos preparados com os pressupostos contratuais e financeiros, que se mantinham nessa data, e que determinaram as reservas colocadas na opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Entidade referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2023, constante da respetiva Certificação Legal das Contas.*”.

6. CONCLUSÃO

Em cumprimento das respetivas obrigações legais e estatutárias, em especial do disposto no n.º 5 do artigo 14.º dos Estatutos do ML, o CF emite o presente relatório que reflete o acompanhamento à execução do ML no período que terminou em 30/09/2024.

O CF entende que o relatório de execução do PAO relativo às contas no final do 3.º trimestre de 2024 reflete a atividade e o desempenho do ML no período em causa e evidencia o grau de cumprimento das obrigações legais e orientações aplicáveis à empresa.

O relatório de execução do PAO referente ao período que terminou em 30/09/2024 e os correspondentes relatórios do ROC e do CF devem ser objeto de divulgação pública e ser remetidos aos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e do respetivo setor de atividade, nos termos das disposições legais e estatutárias aplicáveis.

Lisboa, 19 de fevereiro de 2025.

O Conselho Fiscal

Presidente

Vogal efetiva

Vogal efetiva